

Relatório de Gestão 2020

**Índice**

1 – Introdução	3
2 – Breve caracterização da autarquia	5
2.1 - A estrutura orgânica	5
2.2 – A Constituição dos órgãos do município	7
3 – Recursos humanos	8
3.1 – Emprego	8
3.2 – Mobilidade	13
3.2.1 – Admissões e saídas	13
3.2.2 – Recrutamento	13
3.2.3 – Alterações de posicionamento remuneratório	13
3.2.4 – Absentismo	13
3.3 – Horas extraordinárias	15
3.4 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2009 – 2020	16
4 – Execução das opções do plano (GOP)	18
5 – Execução orçamental	37
5.1 – Modificações ao orçamento	37
5.2 – Equilíbrio orçamental	38
5.3 – Execução orçamental da receita	39
5.4 – Execução orçamental da despesa	46
5.5 – Saldo para a gerência seguinte	55
5.6 – Indicadores de gestão	55
6 – Investimento	59
6.1 – Estrutura do investimento	59
6.2 – Evolução do investimento	61
7 – Apoios comunitários	63
8 – Empréstimos	68
9 – Dívida total	69
10 – Balanço	71
11 – Demonstração de resultados	73
12 – Contabilidade de custos	75
13 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício	84



1 – Introdução

“Decorridos 15 anos desde a aprovação do POCP (Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro) e após terem sido ponderadas as necessidades de se dispor de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, o Governo decidiu, através do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, incumbir a **Comissão de Normalização Contabilística de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas**, que seja consistente com o SNC (Sistema de Normalização Contabilístico) e com as **Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS)**.

Esta reforma, materializada pelo **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**, resolve a fragmentação e as inconsistências que existiam e permite **dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional**.

A aprovação do SNC-AP permite implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada, estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo, fomentar a harmonização contabilística, institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, **umentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais** e contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas.

O SNC-AP permite ainda uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

O SNC-AP passa a contemplar os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão. O SNC-AP assenta, nomeadamente: i) numa estrutura concetual da informação financeira pública; ii) em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS; iii) em modelos de demonstrações financeiras; iv) numa norma relativa à contabilidade orçamental; v) num plano de contas multidimensional; e vi) uma norma de contabilidade de gestão.”

Foi, então, publicado o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designado SNC-AP, para entrar em



vigor em 1 de janeiro de 2017, o que não se veio a concretizar, tendo sido prorrogado, sucessivamente, até 1 de janeiro de 2020 com a efetiva entrada em vigor.

Os documentos de prestação de contas apresentados foram elaborados segundo as regras estabelecidas no **Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro** - o diploma que aprova o **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas**, (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio) que **contempla os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão** constituindo um instrumento fundamental de apoio à gestão quer das Autarquias Locais quer do próprio Estado como um todo.

O conjunto dos documentos que se apresenta, dão cumprimento à **alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013**, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico. Elaborou a Câmara Municipal de Alter do Chão o presente conjunto de documentos, que submete à Digníssima Assembleia Municipal, a fim da mesma exercer a competência que lhe é conferida pela **alínea l) do n.º 2, do artigo 25º** da já referida legislação.

O presente Relatório de Gestão relativo à atividade da Câmara Municipal de Alter do Chão, integra os documentos da Prestação de Contas e é apresentado de acordo com o estabelecido na **Instrução n.º 1/2019, II Série**, emitida pelo **Tribunal de Contas**, publicada no D.R. n.º 46, de 06 de março e da **Instrução n.º 2/2020, II Série**, emitida pelo **Tribunal de Contas**, publicada no D.R. n.º 248, de 23 de dezembro.

O documento encontra-se estruturado da seguinte forma:

Inicia-se num primeiro capítulo com uma breve caracterização da autarquia em termos de estrutura organizativa, seguida de um capítulo com análise dos recursos humanos do Município.

No capítulo seguinte segue-se a análise da execução do Plano Plurianual de Investimentos.

A análise da execução orçamental, a evolução do endividamento municipal e a situação económico-financeira da autarquia são o objeto do capítulo seguinte. A que se seguem os capítulos sobre Investimento, Apoios Comunitários, Empréstimos e Dívida Total.

Por último são apresentados os documentos Contabilístico/Financeiros – Balanço, Demonstração de Resultados, informação sobre a contabilidade de gestão e a Proposta para aplicação do Resultado Líquido do Exercício.



2 – Breve caracterização da autarquia

2.1 – A estrutura orgânica

A estrutura orgânica dos serviços e mapa de pessoal da Câmara Municipal, encontra-se publicada em Diário da República, II Série, através da Deliberação n.º 56/2013, do Despacho n.º 665/2013 e do Despacho n.º 666/2013, todos de 10 de janeiro de 2013 e da Deliberação n.º 130/2013, de 17 de janeiro. A afetação dos trabalhadores encontra-se publicada em Diário da República, II Série, através do Despacho n.º 2156/2013, de 5 de fevereiro de 2013.

A estrutura organizacional da Câmara Municipal está dividida em quatro unidades:

- 1 – Unidades de apoio político, operativo e técnico;
- 2 – Unidades instrumentais;
- 3 – Unidades operativas;
- 4 – Unidades operativas não integradas em divisões.

Assim, na primeira unidade orgânica englobam-se:

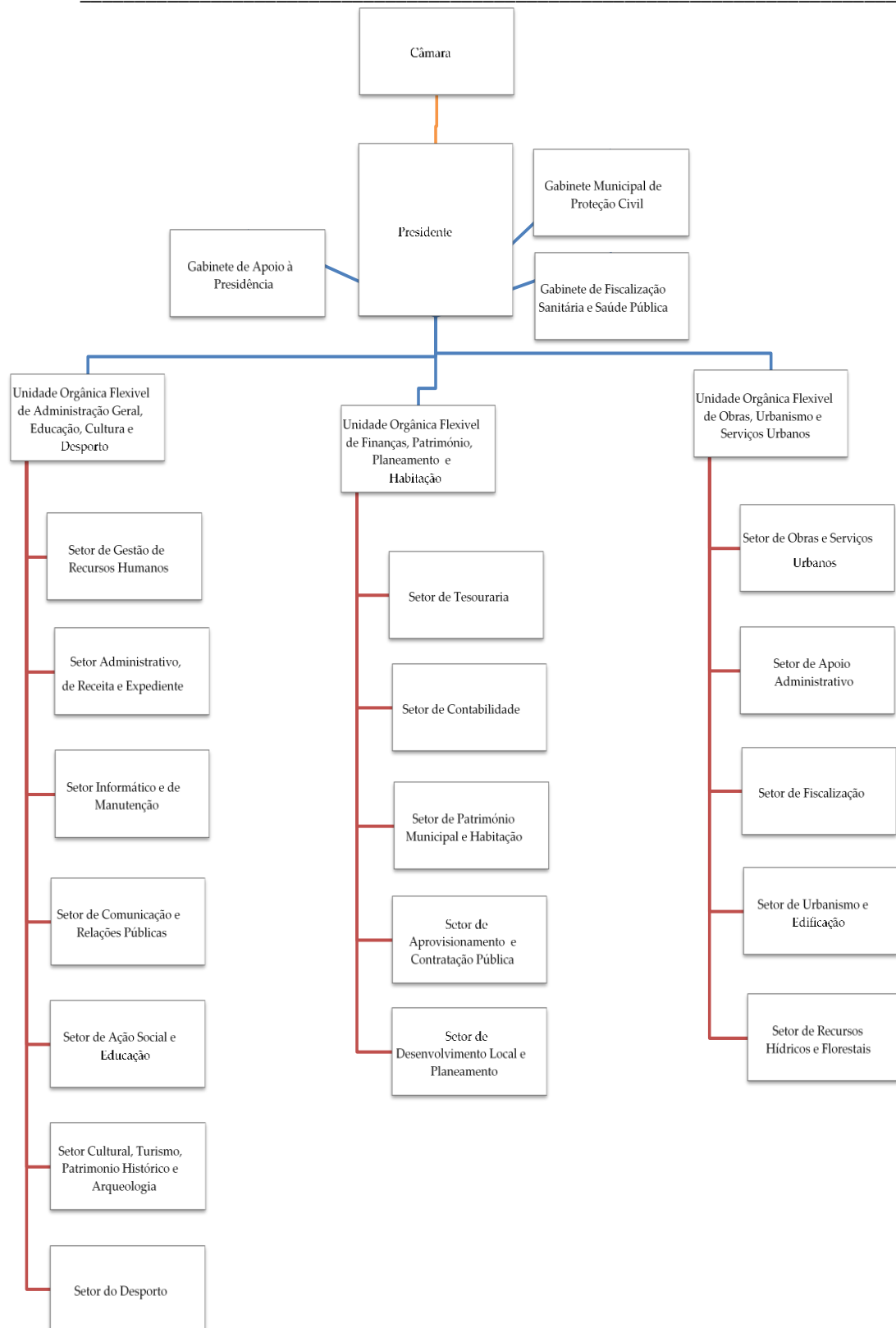
- a) Gabinete de Apoio à Presidência;
- b) Gabinete Municipal de Proteção Civil;
- c) Gabinete de Fiscalização Sanitária e Saúde Pública;

As unidades instrumentais são duas:

- a) Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral, Educação, Cultura e Desporto;
- b) Unidade Orgânica Flexível de Finanças, Património e Planeamento e Habitação.

A unidade operativa é:

- a) Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos.





2.2 – Constituição dos Órgãos do Município

Assembleia Municipal

Nome	Cargo
Francisco João Velez Roxo	Presidente Assembleia
Vera Cristina Batista Rodrigues Tita	Membro
João Rafael Gorgulho Nisa	1º Secretário
Natércia Maria Almeida Farinha	Membro
Célia Maria Sousa da Conceição B. Silva Lopes	Membro
António João Minhós Palmeiro	Membro
José António da Silva Ferreira	Membro
José João Calado Dominginhos	Membro
Pedro Gonçalo Russo Carola	Membro
Paulo José Morais Monteiro Bento	2ª Secretário
Manuel Pedro Ferreira G. Vargas	Membro
Maria Júlia Antunes Falca Alves	Membro
José Augusto Calado Mendes de Oliveira	Membro
Júlio Francisco Aragonez Beja Contente	Membro
Andreia Correia Rodrigues	Membro
Francisco António Garcia Rolo	Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão
Carlos Alberto Brites Narciso	Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria
Francisco Gaio Pitacas	Presidente da Junta de Freguesia de Cunheira
Mário Sérgio Malheiro Mendes	Presidente da Junta de Freguesia de Seda

Câmara Municipal

Nome	Cargo
Francisco António Martins dos Reis	Presidente
Tânia Maria Barradas Lopes Falcão	Vice - Presidente
Hélder José Lopes Sousa Sancho	Vereador em Regime de Permanência
Luís Filipe Cardoso Belo Cané	Vereador em Regime de Não Permanência
João Paulo Mendes Calado Tanissa	Vereador em Regime de Não Permanência



3 – Recursos Humanos

Neste ponto apresentam-se os dados relativos aos trabalhadores da autarquia. Dados estes trabalhados a partir do Balanço Social do município.

3.1 – Emprego

A 31 de dezembro de 2020, o capital humano do município de Alter do Chão era constituído por 130 trabalhadores, sendo a sua relação estabelecida através de Comissão de Serviço (5), Contrato por Tempo Indeterminado (114), Contrato a Termo Resolutivo Certo (6) e Contrato a Termo Resolutivo Incerto (5).

Os cinco elementos em comissão de serviço são dois técnicos superiores em cargos de dirigente intermédio de 2.º grau, um chefe de gabinete, um adjunto e uma secretária da vereação.

Os cinco trabalhadores contratados a termo incerto são os sapadores florestais, encontrando-se a equipa completa.

Não estão incluídos os eleitos locais (5+19) nem o pessoal ao abrigo dos programas ocupacionais (8).

Quadro 1 – Trabalhadores por cargo/carreira por tipo de vínculo e género

Grupo Profissional	Comissão de Serviço			CTFP por Tempo			CTFP a Termo Resolutivo Certo			CTFP a Termo Resolutivo Incerto			Total Efetivos	%
	M	F	T	Indeterminado			Certo			Incerto				
				M	F	T	M	F	T	M	F	T		
Dirigente Intermédio	1	1	2			0			0			0	2	1,5
Técnico Superior	1		1	7	11	18			0			0	19	14,6
Informática			0	1	1	2			0			0	2	1,5
Assistente Técnico	1	1	2	9	14	23			0			0	25	19,2
Assistente Operacional			0	53	17	70	5	1	6	5	0	5	81	62,3
Outros			0	1		1			0			0	1	0,8
Total	3	2	5	71	43	114	5	1	6	5	0	5	130	100

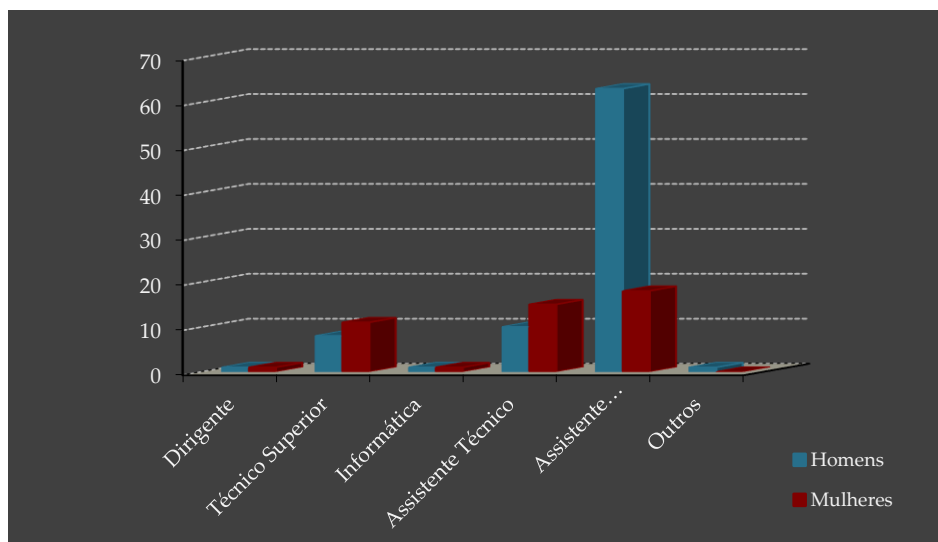
Verificamos que a carreira com maior número de trabalhadores é a de assistente operacional com 63 homens e 18 mulheres, num total de 81 trabalhadores, que representa 62,3% dos trabalhadores do município.

A seguir aparece a carreira de assistente técnico que representa 19,2% dos trabalhadores, com 10 homens e 15 mulheres.

O grupo seguinte é o dos técnicos superiores com um peso de 14,6% e 19 trabalhadores na sua maioria mulheres, 11.

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição dos trabalhadores pelas diferentes carreiras e também o número de homens e mulheres nessas mesmas carreiras.

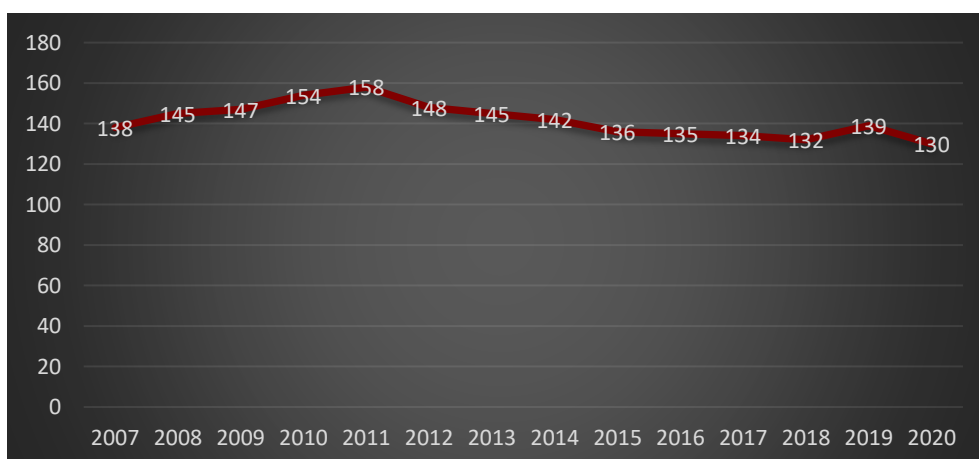
Gráfico 1 – Trabalhadores por cargo/carreira



Na carreira de assistente operacional é onde se verifica a maior discrepância entre homens e mulheres, situação que se verifica desde sempre e que tem como justificação o facto de se tratar de trabalho pesado desenvolvido por pedreiros, calceteiros e manobreadores de máquinas, de entre outras profissões.

Já nas carreiras de assistente técnico e técnico superior o número de mulheres é superior ao dos homens o que se pode justificar por se tratar de trabalho mais leve em termos físicos, mais trabalho administrativo e técnico.

Gráfico 2 – Evolução do número de trabalhadores



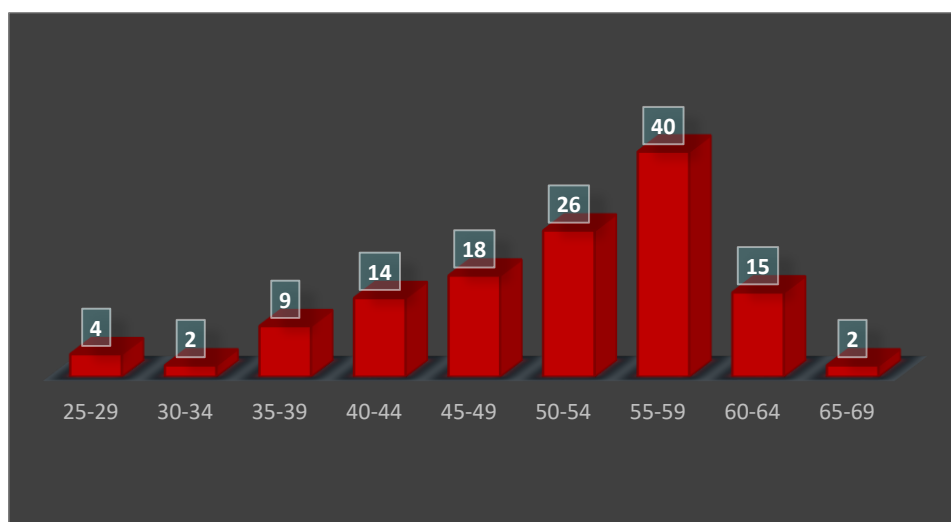
De 2011 até à presente data o número de trabalhadores do município diminuiu, por cessão de comissão de serviço, por reforma ou por outra qualquer situação, com exceção do ano 2019 em que se verifica um acréscimo de 7 trabalhadores relativamente ao ano anterior. O número de trabalhadores em 2020 é o mais baixo dos últimos 14 anos.

Quadro 2 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo escalão etário e género

Grupo Pessoal	25-29			30-34			35-39			40-44			45-49			50-54			55-59			60-64			65-69			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Dirigente Intermédio			0			0			0			0			0	1	1	2			0			0				1	1	2
Técnico Superior			0			0	1	3	4	3	3	6	1	2	3	2	1	3	1	2	3			0				8	11	19
Informática			0			0			0			0			0			0	1	1	2			0				1	1	2
Assistente Técnico			0			0	1	1	2			2	2	2	4	1	2	3	2	5	7	4	5	9	2		2	10	15	25
Assistente Operacional	1	3	4	2		2	3		3	5	1	6	9	3	12	12	2	14	19	7	26	10	2	12	2		2	63	18	81
Outros			0			0			0			0			0			0			0	1		1				1	0	1
Total	1	3	4	2	0	2	5	4	9	8	6	14	11	7	18	17	9	26	25	15	40	13	2	15	2	0	2	84	46	130

Dos 130 trabalhadores do município, **83 têm mais de 50 anos de idade**. 17 trabalhadores têm mais de sessenta anos, sendo, na sua maioria, assistentes operacionais. Apenas **6 trabalhadores têm menos de trinta e cinco anos**. O grupo etário com maior número de trabalhadores do município de Alter do Chão é o dos 55 aos 59 anos com 40 trabalhadores.

Gráfico 3 – Trabalhadores por escalão etário





O gráfico anterior permite uma melhor visualização dos grupos etários onde se concentra a maioria dos trabalhadores do município. Dos 130 trabalhadores, 84 estão nos grupos etários dos 45 aos 59 anos.

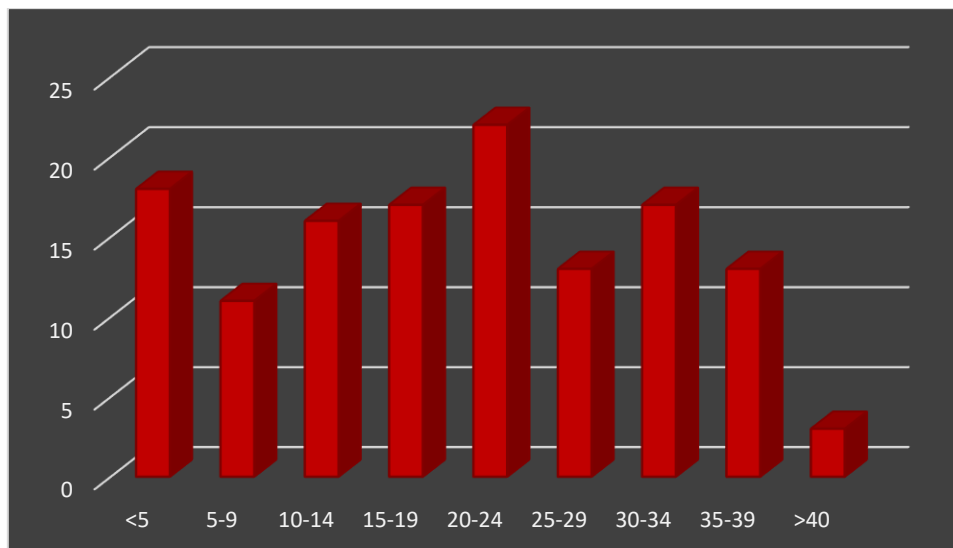
A escada que se visualiza a partir do grupo dos 55 anos tem toda a razão de ser uma vez que se trata do aproximar da idade da reforma e os trabalhadores vão-se aposentando, sendo cada vez menos na medida em que nos aproximamos do último escalão etário.

Quadro 3 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo antiguidade e género

Grupo Profissional	<5			5-9			10-14			15-19			20-24			25-29			30-34			35-39			>40			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T			
Dirigente Intermédio			0			0			0			0	1	1	2			0			0			0	1	1	2			
Técnico Superior	2		2	1	4	5	2	3	5	1	1	2	1	1	2	1	1		1	1	1	1		0	8	11	19			
Informática			0			0			0			0			0			0		1	1	2			0	1	1	2		
Assistente Técnico		1	1		3	3	2	1	3	2	2	4		3	3		2	2	5	2	7	1	1	2		10	15	25		
Assistente Operacional	10	5	15	2	1	3	5	3	8	10	1	11	12	3	15	7	3	10	8	1	9	6	1	7	3	3	63	18	81	
Outros			0			0			0			0			0			0		1	1			0	1	0	1			
Total	12	6	18	3	8	11	9	7	16	13	4	17	14	8	22	7	6	13	13	4	17	10	3	13	3	0	3	84	46	130

No que se refere à distribuição dos trabalhadores do município pela antiguidade, há a salientar o facto de apenas 18 trabalhadores terem menos de 5 anos de serviço. São 62 os trabalhadores (48%) que têm menos de 19 anos de antiguidade. Os trabalhadores que têm mais de 20 anos de trabalho na autarquia são 68 (52%).

Gráfico 4 – Trabalhadores segundo antiguidade



A visualização gráfica de quaisquer dados é sempre facilitada quando comparada com os dados apresentados em forma de quadro. Assim, constatamos que o escalão de antiguidade entre os 20 e 24 anos é o que tem maior número de trabalhadores, 22. Com mais de 40 anos de serviço, 3 trabalhadores.

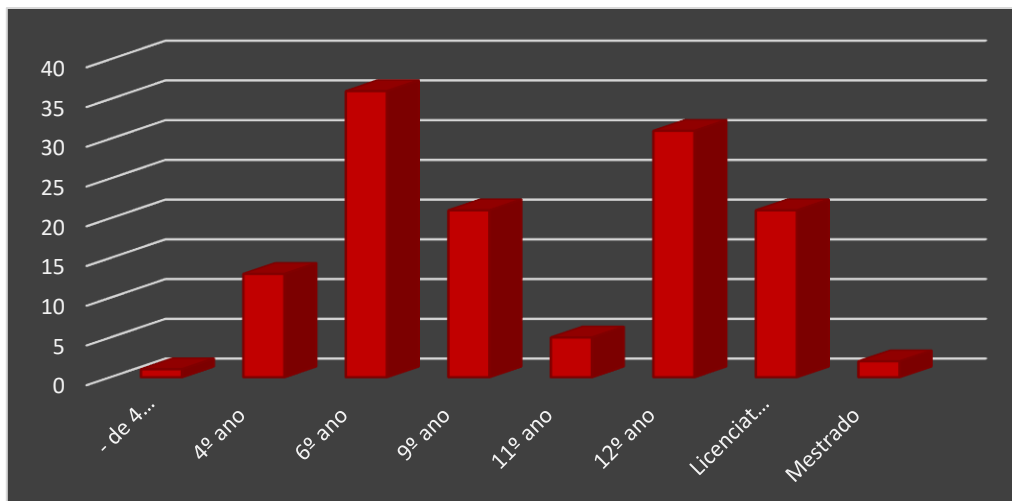
Quadro 4 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género

Grupo Pessoal	- 4 anos escolaridade			4 anos escolaridade			6 anos escolaridade			9 anos escolaridade			11 anos escolaridade			12 anos escolaridade			Bacharelato			Licenciatura			Mestrado			Total					
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T			
Dirigente Intermédio	0			0			0			0			0			0			0			1 1 2			0			1 1 2					
Técnico Superior	0			0			0			0			0			0			7 10 17			1 1 2			8 11 19								
Informática	0			0			0			0			0			1 1 2			0			0			0			1 1 2					
Assistente Técnico	0			0			0			2 1 3			2			2			6 13 19			0			0 1 1			0			10 15 25		
Assistente Operacional	1	1	11	2	13	30	6	36	14	4	18	1	1	2	6	4	10	0	0			1 1			0			63 18 81					
Outros	0			0			0			0			1 1			0			0			0			0			1 0 1					
Total	1	0	1	11	2	13	30	6	36	16	5	21	4	1	5	13	18	31	0	0	0	8	13	21	1	1	2	84	46	130			

A análise dos recursos humanos do município de Alter do Chão, na perspetiva das qualificações académicas permite constatar que existem 13 trabalhadores com o 4.º ano de escolaridade, 36 com o 6.º ano, 21 com o 9.º ano e 21 dos trabalhadores são detentores de licenciatura. A estrutura interna desta variável está diretamente relacionada com a estrutura de carreiras do município, ou seja, com a predominância relativa da carreira de assistente operacional face às restantes.

O gráfico abaixo agrupa o número de trabalhadores por nível de escolaridade.

Gráfico 5 – Trabalhadores segundo escolaridade



3.2 – Mobilidade

3.2.1 – Admissões e saídas

Durante o ano de 2020 verificou-se a admissão de dois trabalhadores externos à autarquia através de procedimento concursal (um sapador e uma auxiliar de ação educativa); duas trabalhadoras foram admitidas em mobilidade (uma técnica superior e uma assistente técnica); um trabalhador que regressou de uma comissão de serviço (técnico superior bibliotecário); um técnico superior que saiu da situação de dirigente intermédio; e três situações que respeitam ao gabinete de apoio ao presidente e vereadores que, por indicação da DGAL têm que ser registados como trabalhadores da entidade.

Em termos de saídas, são contabilizadas seis no grupo dos assistentes operacionais, dois por aposentação, dois por doença prolongada e dois em mobilidade. No grupo dos assistentes técnicos são contabilizadas também seis saídas, uma por aposentação, quatro por mobilidade e uma para cargo político. Na carreira de técnico superior são contabilizadas três saídas, duas em mobilidade e uma licença sem vencimento. É registada uma saída de dirigente intermédio de 2.º grau.

3.2.2 – Recrutamento

Não foram efetuados procedimentos concursais.

3.2.3 – Alterações do posicionamento remuneratório

Não se registaram-se alterações do posicionamento remuneratório.

3.2.4 – Absentismo

Quadro 5 – Número de dias de faltas/ausências

Tipo de faltas/ausências	Total dias	%
Por Acidente em Serviço ou Doença Profissional	70,00	2,81
Falecimento de Familiar	29,00	1,17
Doença	1 668,00	67,01
Proteção na parentalidade	332,00	13,34
Assistência a familiares	71,00	2,85
Trabalhador Estudante	3,00	0,12
Injustificadas	18,00	0,72
Casamento	15,00	0,60
Greve	35,00	1,41
Outras	248,00	9,96
Total	2 489,00	100,00

No ano de 2020 o número de dias de faltas/ausências foram 2.489, menos 124,5 dias do que no ano anterior. As ausências por conta do período de férias não estão contabilizadas neste quadro por não se enquadrarem na designação de absentismo. Tal como em anos anteriores as faltas que assumem maior significado são as faltas por doença.

Nas faltas/ausências com a designação “Outras” incluem-se faltas por participação em mesas eleitorais, doação de sangue e consultas médicas (estas últimas com um peso superior a 90%).

Gráfico 6 – Faltas/ausências

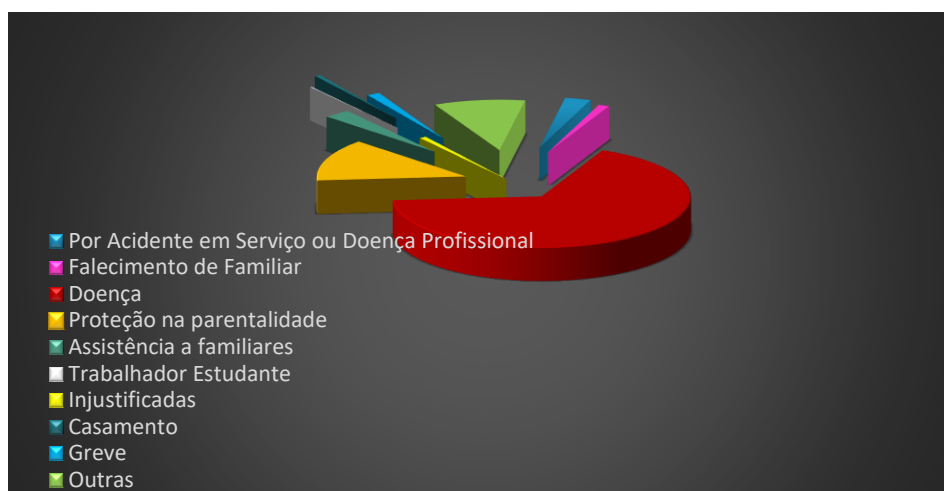
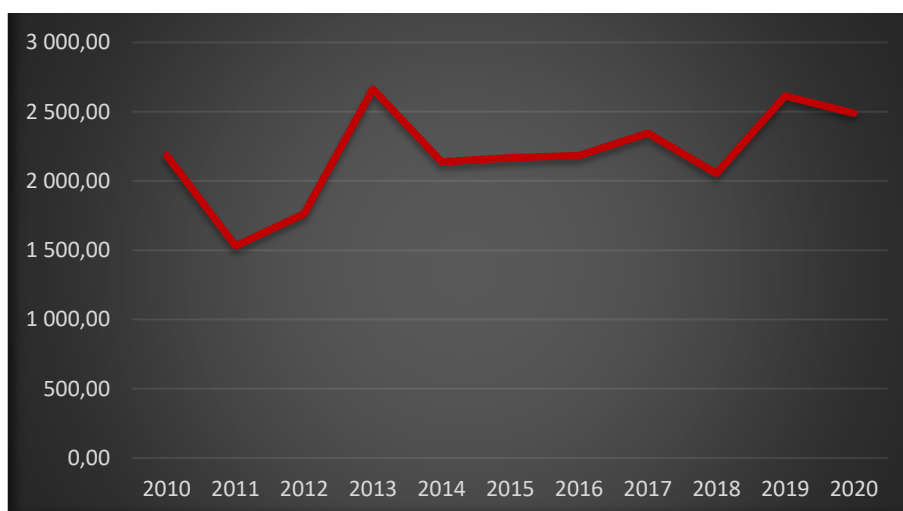


Gráfico 7 – Faltas/ausências 2010 – 2020



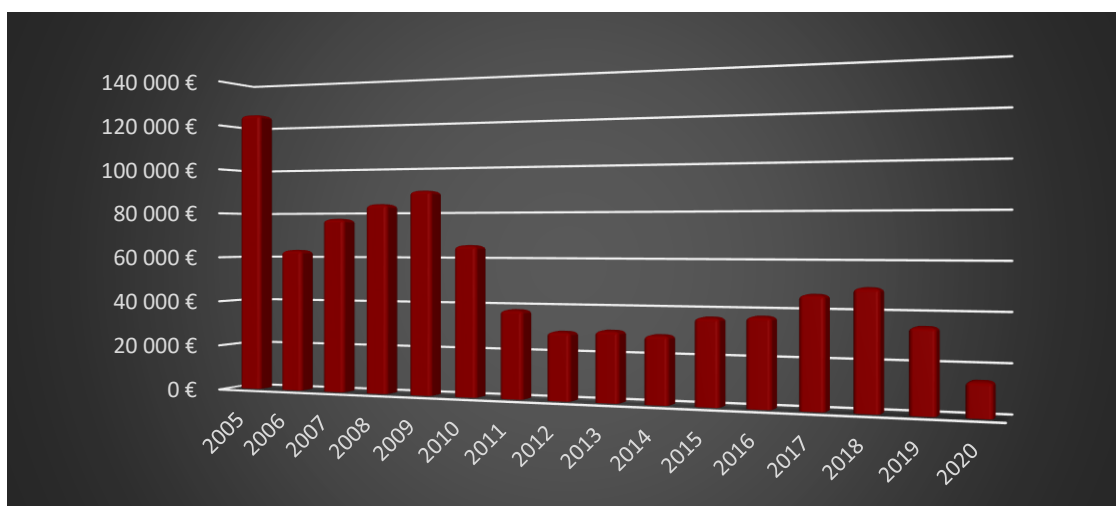
Através do gráfico anterior temos uma perceção dos dados dos últimos anos em termos de dias de faltas. Assim, 2011 foi o ano com menor número de dias de faltas e 2013, o ano com mais dias de faltas nos últimos onze anos. Em 2019 o número de dias de faltas aumentou em 560,5 quase atingindo o valor de 2013 voltando a descer em 2020.

3.3 – Horas extraordinárias

Durante o ano de 2020 foi realizado trabalho extraordinário diurno, em dias de semana, num total de 878 horas, menos 426 horas do que em 2019, o que representa uma redução de 33% relativamente ao ano anterior. O número de horas em dias de descanso semanal e feriados foi de 1.064, reduziu 64,9% relativamente ao ano anterior. Do total de horas extraordinárias apenas 87 foram realizadas por mulheres, menos 673 do que no ano anterior. A maior parte das horas são realizadas por funcionários do Setor de Obras e Serviços Urbanos. O valor total das horas extraordinárias foi € 14.354,44.

O gráfico 8 mostra a evolução do valor gasto em horas extraordinárias desde 2005, tendo sido esse o ano cujo valor foi mais elevado, € 125.214,17. O valor diminuiu a partir de 2010 em consequência da redução do número de horas realizadas, mas também pela diminuição do valor adicional devido pelas horas extraordinárias. Esta tendência volta a ser invertida a partir de 2012, tendo aumentado 24,4% em 2017 relativamente a 2016, voltando a aumentar em 2018, 6,3%. O aumento desta despesa em 2018 é também justificado pelo aumento do valor devido pelas horas extraordinárias. Em 2019 registamos uma quebra de 30,0% relativamente a 2018. A quebra verificada em 2020 fica a dever-se, em grande parte, à situação que se vive desde março de 2020 no âmbito da pandemia da doença COVID -19.

Gráfico 8 – Evolução das horas extraordinárias 2005-2020 (€)





Quadro 6 – Número de horas extraordinárias em dias de semana e dias de descanso e feriados

Ano	dias de semana		dias de descanso	Total
	diurno	noturno		
2014	1 979,12	0,00	3 021,00	5 000,12
2015	3 029,00	0,00	3 666,00	6 695,00
2016	2 848,11	0,00	4 259,23	7 107,34
2017	3 094,03	0,00	5 483,00	8 577,03
2018	2 459,00	0,00	4 560,00	7 019,00
2019	1 304,00	0,00	3 028,00	4 332,00
2020	878,00	0,00	1 064,00	1 942,00

3.4 – Evolução das Receitas Próprias e Despesas com Pessoal no período 2009-2020

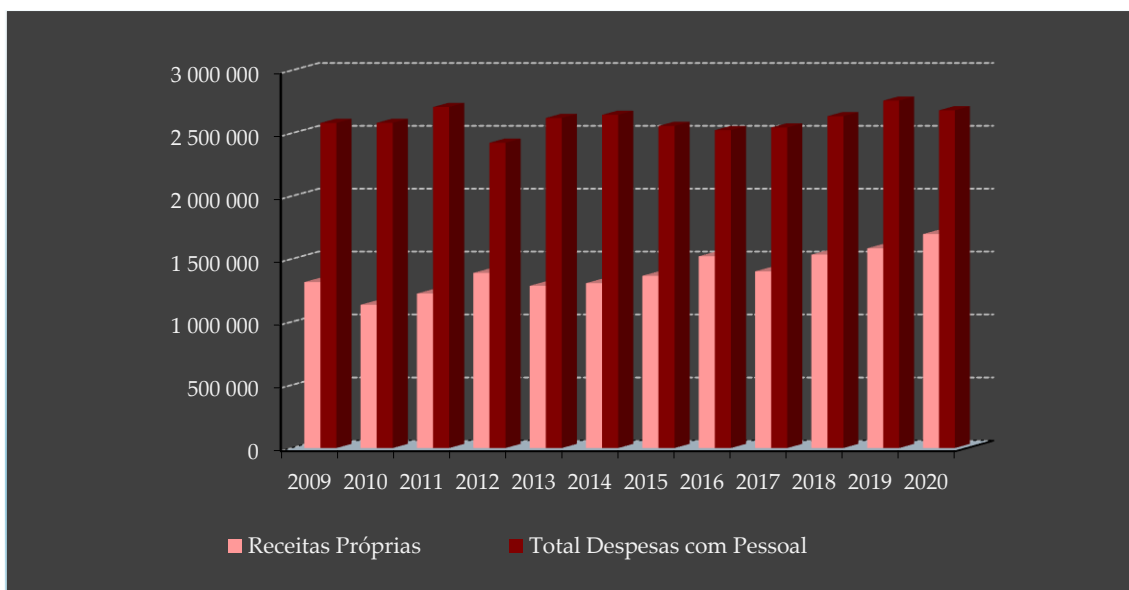
Quadro 7 – Receitas próprias e despesas com pessoal

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receitas Próprias	1 315 493,41	1 135 077,04	1 224 005,48	1 388 201,98	1 285 975,33	1 307 025,08	1 365 447,95	1 520 642,07	1 400 618,89	1 533 742,66	1 584 231,72	1 697 345,56
Total Despesas com Pessoal	2 580 884,21	2 581 420,62	2 707 669,52	2 423 233,12	2 620 395,50	2 645 501,77	2 556 935,11	2 523 457,31	2 544 615,37	2 634 675,80	2 758 426,26	2 681 280,90
Despesas c/ Pessoal do Quadro	1 500 064,15	1 580 025,42	1 840 872,81	1 674 252,73	1 784 711,20	1 737 622,01	1 730 415,81	1 666 788,84	1 671 471,15	1 710 420,27	1 778 674,50	1 681 820,01
Despesas c/ Pessoal Fora dos Quadros	357 805,75	343 557,08	225 771,67	171 845,62	118 827,13	86 718,50	76 158,26	72 206,04	85 975,59	161 385,03	201 934,41	251 701,94

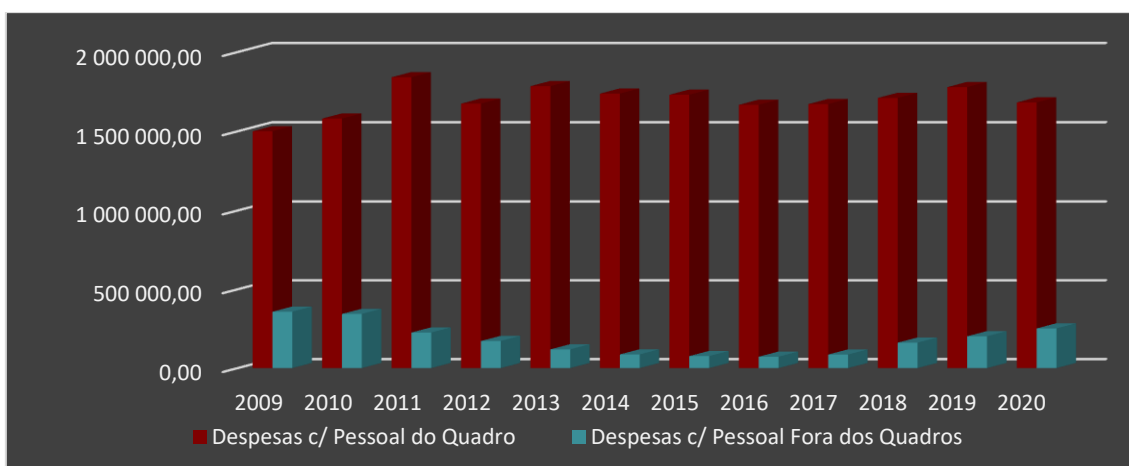
As receitas que contribuem para o apuramento das **Receitas Próprias** são: impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, ativos financeiros e outras receitas de capital.

O valor das **receitas próprias** tem variado ao longo dos anos, registrando um **aumento de 7,14%** relativamente ao ano 2019. Este acréscimo ficou a dever-se ao aumento da receita de venda de bens e serviços, nomeadamente, água, saneamento e resíduos sólidos e ao aumento de venda de bens de investimento, ou seja, habitações, ainda que algumas no regime de prestações.

Através do gráfico 9, facilmente verificamos que o valor das receitas próprias aumentou relativamente a 2019 e as despesas com pessoal aumentaram também. O valor das receitas próprias continua a não ser suficiente para suprir as despesas com pessoal, ou seja, é necessário parte das transferências do Estado para suportar esta despesa.

Gráfico 9 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2009-2020 (€)

As despesas com **Pessoal do Quadro registam uma diminuição de 5,4%** relativamente a 2019. As despesas com **Pessoal Contratado registaram um aumento de 24,6%**, com um valor de € 251.701,94, sendo o valor mais elevado dos últimos dez anos, ainda assim, muito baixo relativamente a anos anteriores, nomeadamente, 2009, ano em que se atingiu o valor de € 357.805,75. O valor registado em 2020 representa 9,39% do total da despesa com pessoal. O aumento do valor do Pessoal Contratado deve-se ao facto de terem sido contratados catorze prestadores de serviços: quatro para os serviços de limpeza, sete para apoiar o ensino pré-primário e primário no centro escolar de Alter do Chão, um para o posto de turismo e um para jardineiro. Algumas prestações de serviços tiveram início em 2019 tendo finalizado em 2020 e outras tiveram início já em 2020.

Gráfico 10 – Evolução das despesas com pessoal do quadro e fora do quadro 2009-2020 (€)



4 – Execução das Opções do Plano

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais estabelecia que os documentos previsionais de gestão dos municípios eram dois: as **Grandes Opções do Plano (GOP's)** e o **Orçamento**.

Em legislação mais recente, a designação “Grandes Opções do Plano” altera ligeiramente para **Opções do Plano**, nomeadamente na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais.

Com a entrada em vigor do **Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**, introduzem-se mais algumas alterações de nomenclatura mas, basicamente, o conteúdo mantém-se.

Assim, **no âmbito do SNC-AP** apenas se menciona o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** como um dos modelos de demonstrações orçamentais. Deste plano consta a “Informação para cada projeto de investimento, considerando-se para o efeito a seguinte definição: conjunto de ações inter-relacionadas, delimitadas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a formação bruta de capital fixo; O número atribuído a cada projeto é sequencial em cada ano e acompanha o projeto até à sua conclusão; As rubricas orçamentais devem ser as constantes do orçamento;” deve ser registada a forma de realização dos projetos bem como as fontes de financiamento e a fase de execução.

Ainda em sede de SNC-AP estabelece-se que, “em regra, os **sistemas orçamentais classificam as receitas** de acordo com a **natureza económica e fundos** e as **despesas segundo a natureza económica, administrativa, funcional e programática**, esta última associada à orçamentação por programas ou por desempenho.”

Tendo em conta que o conteúdo se mantém relativamente ao POCAL e a aplicação informática utilizada também mantém as nomenclaturas anteriores, explicita-se o seguinte:

- **O PPI engloba todos os projetos de investimento em que se prevê pagamentos durante o ano** e/ou anos seguintes, “facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre forma de realização, fontes de financiamento (devendo ser indicada a percentagem de financiamento externo), fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do programa/projeto, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros”, pelo que a execução do PPI reflete a execução financeira dos projetos, a qual



deve acompanhar de perto a execução física. **O PPI engloba também aqueles projetos que anteriormente se enquadravam nas chamadas Atividades Mais Relevantes (AMR),** ou seja, todos os **projetos/atividades que, não sendo investimento, se revestem de importância para a autarquia,** designadamente: transferências entre autarquias locais no âmbito de protocolos de delegação de competências e acordos de colaboração, transferências para outras entidades (IPSS's, CIMAA, AREANATEjo) e a realização de eventos culturais e desportivos.

Para uma mais fácil apresentação, boa leitura e análise dos projetos nas diferentes funções (Gerais, Sociais, Económicas e Outras funções) segue-se uma breve explicação do Classificador Funcional, tal como era definido pelo POCAL e atualmente no SNC-AP:

Funções gerais – Este grupo de funções compreende as atividades de âmbito geral da administração local, abrange os órgãos da autarquia, a área administrativa e financeira, tesouraria, património e notariado e ainda os serviços de proteção civil e prevenção de incêndios.

Funções sociais – Esta categoria ou grupo de funções abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, o abastecimento de água, o tratamento de resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

Funções económicas – Compreende as despesas com a construção, manutenção e modernização de parques industriais, iluminação pública, energia elétrica, transportes e comunicações, comércio, turismo, mercados e feiras e outros assuntos ou serviços de carácter residual não suscetíveis de enquadramento na categoria ou grupo das funções económicas como sejam a informação dos direitos do consumidor.

Outras Funções – Respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras e a concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis. Incluem-se as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional ou autárquica. Trata-se de uma rubrica de carácter residual que engloba as despesas não enquadráveis nas anteriores rubricas.

Com base neste enquadramento legal, nos quadros seguintes, apresenta-se a estrutura quantitativa por cada Função:

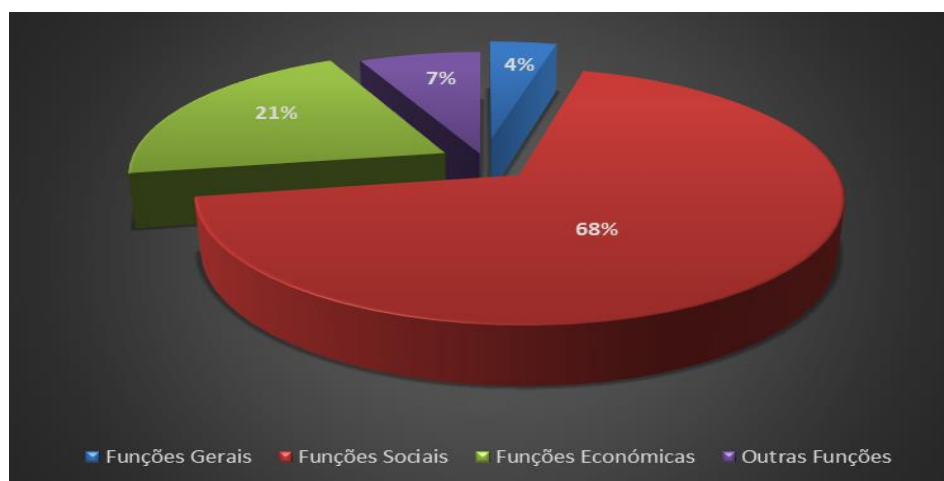
Quadro 8 – Estrutura das Opções do Plano por Funções

	PPI	%	AMR	%	GOP	%
Funções Gerais	0,00	0%	94 912,01	14%	94 912,01	4%
Funções Sociais	1 141 315,26	69%	466 455,77	67%	1 607 771,03	68%
Funções Económicas	386 539,22	23%	93 809,15	13%	480 348,37	21%
Outras Funções	124 839,29	8%	45 684,11	7%	170 523,40	7%
Total	1 652 693,77	100%	700 861,04	100%	2 353 554,81	100%

O quadro anterior mostra a execução das Opções do Plano por Função. O valor total do PPI executado foi de € 1.652.693,77, sendo que o valor mais alto foi nas “Funções Sociais”, € 1.141.315,26 com um peso de 69% e o valor mais baixo nas “Funções Gerais”, € 0,00, representando 0%.

Quanto às AMR’s o valor executado foi de € 700.861,04, sendo o valor mais elevado nas “Funções Sociais” com € 466.455,77, correspondendo um peso de 67%.

Em termos totais a execução das GOP’s foi de € 2.353.554,81, mais € 459.786,07 do que no ano anterior.

Gráfico 11 – Estrutura das Opções do Plano por Funções

**Quadro 9 – Execução das Opções do Plano**

Funções	Código	Programa	PPI	AMR	GOP	%
Funções Gerais	111	Administração Geral	0,00	33 229,70	33 229,70	1,4%
	121	Proteção civil e Luta Contra Incêndios	0,00	61 682,31	61 682,31	2,6%
Funções Sociais	210	Educação	0,00	0,00	0,00	0,0%
	211	Ensino não Superior	0,00	28 271,21	28 271,21	1,2%
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	0,00	31 650,00	31 650,00	1,3%
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,0%
	232	Ação Social	0,00	178 484,42	178 484,42	7,6%
	241	Habitação	15 468,58	0,00	15 468,58	0,7%
	242	Ordenamento do Território	13 783,75	0,00	13 783,75	0,6%
	243	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,0%
	244	Abastecimento de Água	2 545,94	0,00	2 545,94	0,1%
	245	Resíduos Sólidos	0,00	122 875,63	122 875,63	5,2%
	246	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	0,00	0,00	0,00	0,0%
	251	Cultura	713 817,45	98 775,48	812 592,93	34,5%
	252	Desporto, Recreio e Lazer	395 699,54	1 399,03	397 098,57	16,9%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	5 000,00	5 000,00	0,2%	
Funções Económicas	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça Pesca	1 482,36	0,00	1 482,36	0,1%
	320	Indústria e Energia	9 948,84	0,00	9 948,84	0,4%
	331	Transportes Rodoviários	334 723,16	0,00	334 723,16	14,2%
	341	Mercados e Feiras	6 904,07	0,00	6 904,07	0,3%
	342	Turismo	33 480,79	93 809,15	127 289,94	5,4%
	350	Outras Funções Económicas	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outras Funções	420	Transferências entre Administrações	0,00	40 000,00	40 000,00	1,7%
	430	Diversas não Especificadas	124 839,29	5 684,11	130 523,40	5,5%
Total			1 652 693,77	700 861,04	2 353 554,81	100,0%

No quadro anterior observamos a execução das Opções do Plano por Função, mas agora discriminadas por Programa enquadrado nas respetivas funções.

Em seguida, revelam-se alguns dos projetos/atividades desenvolvidos durante o ano 2020.

O código apresentado à frente de cada programa a partir da página seguinte diz respeito ao número do Programa, dentro de cada Função, conforme consta do documento “Balancete das Grandes Opções do Plano” de forma a simplificar a leitura deste último.



01 FUNÇÕES GERAIS

Administração Geral – 111

Foi dada continuidade à execução dos projetos iniciados pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo – CIMAA, conforme quadro abaixo:

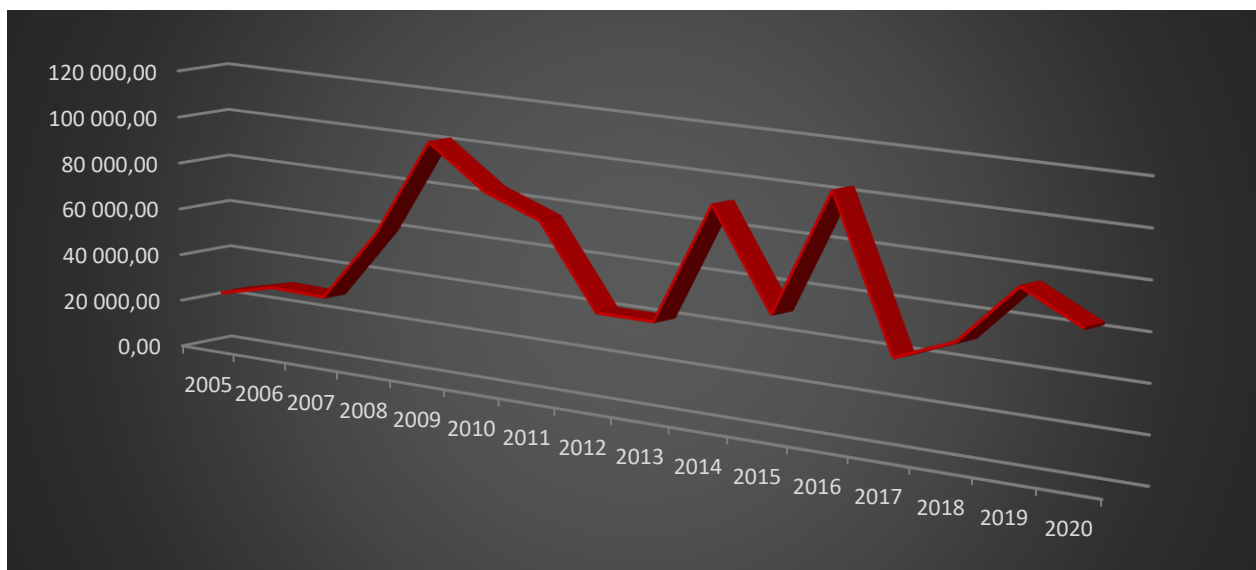
Quadro 10 – Transferências efetuadas para a CIMAA

Projeto/Candidatura	Capital	Correntes
Licença Microsoft - EA	1 127,42	0,00
PROVERE INMOTION	0,00	1 020,90
Comparticipação aquisição EPI	0,00	8 334,11
Comparticipação Pacto Ulsna - Covid 19	0,00	7 326,98
Comparticipação Pacto Ulsna - Covid 20	0,00	4 009,23
Comparticipação Águas Alto Alentejo	0,00	3 053,48
Proteção contra riscos de incêndio	752,58	0,00
Avaliação património Águas Alto Alentejo	0,00	1 845,00
Testes covid-19	0,00	5 760,00
Total	1 880,00	31 349,70

No que respeita à Areanatejo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo, também foi desenvolvido trabalho tal como em anos anteriores, no entanto, não se verificou qualquer transferência de verbas a coberto das várias candidaturas, uma vez que os projetos que a Areanatejo integrou em 2020 não requereram participação dos municípios.

Proteção Civil e Luta Contra Incêndios – 121

Para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alter do Chão foram transferidos € 62.500,00, sendo € 60.000,00 respeitantes ao projeto “Linha Azul” que os bombeiros asseguram com o número municipal de emergência e € 2.500,00 para participação nos serviços de auditoria. O gráfico mostra a evolução dos montantes transferidos para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

Gráfico 12 – Transferências efetuadas para a AHBVAC

02 FUNÇÕES SOCIAIS

Ensino não superior – 211

O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) visa complementar, de forma lúdica e pedagógica, o tempo extra curricular de permanência das crianças na escola, contribuindo para o seu desenvolvimento educativo.

No concelho de Alter do Chão as atividades de enriquecimento curricular são promovidas pelo município, de acordo com a legislação em vigor e, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alter do Chão e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, têm um carácter facultativo e são, no entanto, de oferta obrigatória e de frequência gratuita.

Relativamente ao **ano letivo 2019/2020** as atividades disponibilizadas aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico foram “Criançando”, a qual consiste em atividades de expressão corporal e dramática, teatro e jogos diversos, “Musicando”, Atividade física e desportiva, Manualidades, karaté e Natação.

No que respeita ao **ano letivo 2020/2021**, mantiveram-se algumas atividades, deixou de existir o karaté e em troca do “Criançando” passou a existir “Aprendo a comunicar”.

O número de alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico em Alter do Chão é de 93 distribuídos pelas atividades de enriquecimento curricular como se apresenta no quadro 11:

**Quadro 11 – N.º de alunos por AEC**

Ano letivo 2019/2020	
Atividades de enriquecimento curricular	N.º Alunos
Criançando	44
Musicando	30
Atividade física e desportiva	90
Manualidades	58
Karaté	62
Natação	60

Ano letivo 2020/2021	
Atividades de enriquecimento curricular	N.º Alunos
Aprendo a comunicar	37
Musicando	47
Atividade física e desportiva	65
Manualidades	48
Natação	49

Para além do apoio ao nível das AEC's, o município **comparticipa ainda a aquisição dos livros de fichas** aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Em 2020, a verba gasta foi € **3.086,97**. O Estado fornece, a título gratuito, os manuais escolares para os quatro anos de escolaridade, ficando para o município o apoio nos livros de fichas complementares.

No que respeita ao pagamento das refeições escolares gastou-se uma verba de € 22.836,31. Ao **Agrupamento de Escolas de Alter do Chão** foi pago o valor de € **2.388,00** pelo fornecimento de lanches, ao **Grupo Social de Cunheira** € **3.200,00**, pelo fornecimento de almoços aos alunos do ensino pré-primário de Cunheira e à **DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares**, € **17.248,31** correspondente aos almoços fornecidos no Agrupamento de Escolas aos alunos quer do ensino pré-primário quer do 1.º ciclo do ensino básico.

O número de alunos apoiados ao nível da **comparticipação das refeições foi de 146** no ano letivo 2019/2020, 78 alunos do 1.º ciclo e 68 do ensino pré-primário e **172 alunos** no ano letivo 2020/2021, 97 alunos do 1.º ciclo e 75 do ensino pré-primário.

Salientamos que nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, o ensino pré-primário em Cunheira conta com 7 alunos. O município contratou duas colaboradoras na qualidade de auxiliares de ação educativa para apoio das atividades aí desenvolvidas.



Serviços Auxiliares de Ensino – 212

Neste projeto estão inscritas as ações relacionadas com o Pólo da Universidade de Évora. No ano 2020 não foi efetuada despesa neste equipamento.

Ao nível do ensino superior, o município apoia os estudantes que se candidatam ao ensino superior através de **bolsa de estudo**. Foi pago o montante de **€ 31.650,00**, relativamente ao **ano letivo 2019/2020**, correspondendo a **20 alunos**. As bolsas relativas ao ano letivo 2020/2021 começaram a ser pagas em janeiro de 2021, correspondendo a 10 alunos.

Ação Social – 232

Dando continuidade ao **projeto do Cartão do Idoso** na comparticipação das despesas de saúde foram pagos **€ 24.575,00** no ano 2020. Em 31 de dezembro os beneficiários ativos do cartão do idoso eram **143** contra os 157 de 2019.

Quadro 12 – Apoio despesas de saúde – cartão do idoso (2008-2020)

Ano	Cartão do Idoso
	Despesas de saúde
2008	11 441,50
2009	16 823,93
2010	16 590,70
2011	21 508,77
2012	21 093,89
2013	16 263,31
2014	18 101,34
2015	13 611,30
2016	14 464,87
2017	18 448,86
2018	20 547,57
2019	23 625,00
2020	24 575,00

Relativamente ao Apoio às IPSS's do Concelho, a verba refletida nas GOP's, € 112.500,00, corresponde ao valor transferido para as quatro IPSS's do Concelho, distribuída da seguinte forma: € 25.000,00 para a Associação Centro de Apoio à Terceira Idade de St.º Estevão; € 37.500,00 para o Grupo Social de Cunheira – Lar de Nossa Senhora da Conceição (dos quais € 12.500,00 respeitam à segunda tranche de 2019 que foram transferidos apenas em janeiro de 2020 por falta de documento a apresentar pelo Grupo Social de Cunheira); € 25.000,00 para a



Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda – Lar de Nossa Senhora dos Espinheiros e € 25.000,00 para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, para comparticipação de equipamentos e infraestruturas, nos termos do Despacho n.º93/2020, de 7 de julho, ratificado pela deliberação n.º 133, de 15 de julho e deliberação n.º 199, de 04 de novembro de 2020.

Habitação – 241

No ano 2020 não foi adquirido nenhum imóvel com finalidade de reconstrução para habitação social.

Foram gastos € 15.468,58 em beneficiação do Parque Habitacional do Município, nomeadamente, na cobertura do edifício da Rua do Corro, n.º 3, na cobertura do edifício da Rua das Parreiras, n.º 40 e a pintura dos 5 fogos na Rua da Cadeia.

Ordenamento do Território – 242

No que respeita ao projeto **Cartografia 1:10 000**, foi adjudicado à firma Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos, S.A., por **€ 42.255,84**, a produção de cartografia numérica vetorial à escala 1:10 000, no âmbito do Acordo Quadro 04CC-CIMAA/2017. A firma iniciou os voos no mês de março de 2019 para elaboração dos ortofomapas, tendo sido pago € 32.162,08. Transitou para 2020 o pagamento do valor restante relativo à conclusão dos trabalhos, € **13.783,75**.

A existência desta cartografia homologada é necessária e essencial para efetuar a adaptação do PDM (Plano Diretor Municipal) à Lei de Bases do Ordenamento do Território, pelo que, não existindo qualquer apoio para a sua aquisição/elaboração, os municípios do distrito consideraram vantajoso o desenvolvimento de um procedimento conjunto, uma vez que se trata de um trabalho que teria que ser desenvolvido por uma empresa especializada e seria muito dispendioso.

Foi ainda adjudicado à firma **Mundo às Riscas, Lda.** a prestação de serviços para “**Adaptação do PDM à Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos**” pelo montante de **€ 29.889,00** e à firma **Outras Paisagens – Projetos de Arquitetura Paisagista, Unip., Lda.**, a “**Elaboração da REN e Avaliação Ambiental Estratégica**”, pelo valor de **€ 38.130,00**, a pagar em 2021.



Saneamento – 243

A antiguidade das redes de saneamento e abastecimento de água, quer da vila quer das freguesias continua a ser uma das grandes preocupações ao nível local. Sendo uma preocupação partilhada por todos os municípios do Norte Alentejano, a CIMAA elaborou uma candidatura conjunta para a execução do **Cadastro das Infraestruturas Existentes dos Sistemas em Baixa de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais**. A candidatura foi submetida ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), Eixo 3, Prioridade de Investimento 6.ii, Aviso POSEUR-12-2015-16. Esta candidatura foi aprovada em 09 de setembro de 2016, com um investimento total de € 1.271.044,80 para o conjunto dos municípios participantes. O **investimento para Alter do Chão é de € 48.062,65 e a comparticipação do município de € 7.209,40**. A CIMAA lançou um Concurso Público Internacional em 10 de janeiro de 2017, tendo sido adjudicado à firma Viamapa & Engidro por € 470.087,57 – este valor corresponde a uma das componentes do projeto, “Elaboração do Cadastro”. Os trabalhos foram efetuados no município de Alter do Chão, tendo sido entregue pela empresa a documentação para verificação e validação. Pagou-se até à presente data € 2.710,93 ainda em 2018.

Falta agora o desenvolvimento do procedimento para adjudicação da segunda componente do projeto, “Aquisição de Software”, cujo valor base do concurso foi de € 233.700,00, **cabendo a Alter do Chão cerca de € 1.300,00**. Este procedimento ainda não está concluído.

Enquadrado na área do saneamento foram **elaborados dois projetos** pelos serviços técnicos da câmara, **um para Alter do Chão e outro para Seda**, para a Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais. Estes projetos vão ser seguidos de duas empreitadas, as quais foram candidatas ao POSEUR e encontram-se já aprovadas conforme se descreve:

- **Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais – Seda - POSEUR-03-2012-FC-001307**: A operação prevê a remodelação do sistema de drenagem em dois pontos da freguesia, nomeadamente, na Rua 5 de Outubro e Rua da Liberdade e na Rua do Poço e Estrada Nacional 370, com o objetivo de efetuar a separação das águas residuais pluviais das águas residuais domésticas, numa extensão de 664 metros. Os efluentes resultantes da rede de saneamento de Seda são tratados na ETAR de Seda, gerida pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo. O investimento total previsto foi de € 253.744,63 para uma comparticipação de € 215.682,94.

- **Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais – Alter do Chão - POSEUR-03-2012-FC-001308**: A operação prevê a remodelação do sistema de drenagem em seis áreas da freguesia de Alter do Chão, numa extensão de 1.158 metros, tornando o sistema unitário em



separativo, nomeadamente: Rua dos Pelames; Rua dos Combatentes e Av. Dr. João Pestana; Rua Comandante José Serrão; Estrada Nacional 369; Campo da Feira; Senhor das Almas. Os efluentes resultantes da rede de saneamento a remodelar são tratados na ETAR de Alter do Chão, gerida pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo. O investimento total previsto foi de € 333.935,02 para uma participação de € 283.844,77.

Tendo em conta que, paralelamente a este processo, foi constituída a **empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A., (AAA)**, formada por dez municípios do Alto Alentejo (Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel) e que a mesma tem como objeto social a **prestação dos seguintes serviços de interesse geral na área destes concelhos**, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;

-Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

Prevê-se que todos os processos em curso **a 30 de junho de 2021 transitem para a empresa** na forma em que se encontrarem nessa mesma data, ou seja, se estas duas empreitadas estiverem em curso, ou mesmo concluídas, é assim que são transferidas para a AAA.

Abastecimento de Água – 244

Tendo em conta que toda a estrutura da rede de água, quer em Alter do Chão, quer nas freguesias, se encontra muito envelhecida e a necessitar de urgente remodelação, e na perspetiva de candidatar a fundos comunitários a remodelação da rede, foi adjudicada à firma CTGA - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda., a elaboração do **“Projeto de Execução para Remodelação da Rede Pública de Abastecimento de Água em Baixa à Vila de Alter do Chão”**, no valor de **€ 33.446,62**. O projeto foi iniciado em julho de 2017, tendo sido pago o valor € 10.033,98 em 2018, € 23.078,07 em 2019 e os restantes **€ 334,56 em 2020**.

Este projeto serviu de base para as intervenções necessárias ao nível da rede de abastecimento de água.



Foi adjudicado à firma **Urbigav – Construções, Soc. Unipessoal, Lda.** a empreitada de obras para a **“Pressurização da Zona Norte do Aglomerado de Alter do Chão”**, pelo montante de € **50.671,67**.

Foi gasto uma verba de € 2.211,38 na aquisição de contadores de água.

Resíduos Sólidos – 245

Foram pagos € 122.875,63 pelo serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos.

Cultura – 251

A obra de **Reconversão do edifício para Centro Interpretativo do Chafariz Renascentista e do Centro Histórico da Vila de Alter do Chão**, foi adjudicada por € **184.836,20** em 2019, tendo por objetivo a requalificação integral do edifício do início do séc. XX (R. Almirante Azevedo Coutinho, nº 8 e 10), com cerca de 100 anos, adossado ao Chafariz da Praça da República (imóvel classificado, quinhentista, renascentista/maneirista).

Em 2019 pagou-se a quantia de € 18.688,09 e, em **2020, € 137.026,56**, referentes a esta obra, transitando para 2021 os restantes € 29.121,55.

Ainda relativamente à obra do edifício foram adjudicados trabalhos complementares no valor de € 14.015,63.

Esta obra foi objeto de uma **candidatura, efetuada ao Alentejo 2020**, Prioridade 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído, Tipologia de Intervenção - Reabilitação do Espaço Público, cujo código é **ALT20 - 08 - 2316 - FEDER - 000069**, com um **investimento elegível de € 174.373,77** e uma **comparticipação de € 148.217,70**.

No âmbito do projeto **“Beneficiação/Manutenção do Palácio do Álamo, Biblioteca, Castelo e Cineteatro”** foi desenvolvido um procedimento para aquisição do equipamento de cinema digital 3D para o Cineteatro de Alter do Chão ainda em 2016, tendo sido o pagamento efetuado já em 2017. O valor do equipamento em causa foi de € 68.769,30 e foi adjudicado à firma Cenário Avançado, Equipamentos e Projetos Audiovisuais, Cinema e Mecânica de Cena, Lda.

A aquisição deste equipamento foi enquadrada numa **candidatura** designada **“Cineteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital”**, efetuada ao Alentejo 2020,



Prioridade 6.3, Tipologia de Intervenção - Património Natural e Cultural, cujo código é **ALT20 - 08 - 2114-FEDER-000108**, com um investimento elegível de € 227.166,61 e uma participação de € 193.091,62. Este valor foi reajustado aumentando o **investimento elegível para € 267.680,52** e a **participação FEDER para € 227.528,44**. Nesta candidatura engloba-se a requalificação do edifício.

Tendo em conta que a estimativa de custo da obra se situava nos € 629.758,04 (valor sem IVA), foi submetida uma outra **candidatura complementar** à anterior. Esta, efetuada ao Alentejo 2020, Eixo 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, Prioridade 4.3 - Apoio à Eficiência Energética, cujo código é **ALT20 - 07- 1203 - FEDER - 000043**, para um **investimento elegível de € 247.821,64** e uma **participação de € 123.910,82**.

A empreitada acabou por ser adjudicada por um valor inferior ao estimado, € 651.582,00. Em 2019 foram pagos € 313.559,37 relativos à obra do cineteatro e em **2020 € 338.022,63**.

Foram ainda pagos € 143.100,00 relativamente à empreitada de beneficiação da Sala de Espetáculos do Cineteatro e € 28.619,98 da empreitada de Barramento do Edifício do Cineteatro.

Enquadrado no projeto “Beneficiação/Manutenção do Palácio do Álamo, Biblioteca, Castelo e Cineteatro” concluiu-se a **empreitada de Requalificação do Jardim do Álamo**. Esta empreitada foi adjudicada em dezembro de 2017, por **€ 334.173,20**, tendo sido enquadrada numa candidatura designada “Requalificação do Jardim do Álamo”, efetuada ao Alentejo 2020, Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade, Prioridade 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído, Tipologia de Intervenção - Reabilitação do Espaço Público, cujo código é **ALT20 - 08 - 2316 - FEDER - 000044**, com um investimento elegível de € 311.566,06 e uma participação de € 264.831,15. Em 2018 foram pagos € 155.561,00. Em 2019 foram pagos € 174.699,01, transitando para **2020 apenas o pagamento da revisão de preços, € 7.809,02**.

No que respeita ao Palácio do Álamo foram gastos € 12.084,00 na colocação de janelas.

No projeto “Eventos Diversos” foram englobadas algumas atividades como o aniversário do Castelo, prova de licores e vinhos e as Festas de Verão, tendo na globalidade sido paga uma verba de € 64.357,00.



O quadro abaixo discrimina os gastos com cada um dos eventos. Assinala-se que o valor do quadro é superior ao valor registado no mapa das grandes opções, uma vez que existe despesa que é apenas registada em orçamento:

Quadro 13 – Eventos Diversos

Eventos	Valor
Dia de Reis	406,00
BTL	3 970,75
Prova de Licores e Vinhos	454,35
Desporto	1 254,60
Páscoa	402,90
Aniversário Castelo	614,80
Espetáculos diversos	9 057,73
Festas de Verão	38 007,00
Promoção do Município	136,53
Exposições	197,96
Festa de Natal	15 036,96
Total	69 539,58 €

Ao nível da “**Promoção e Divulgação Turística do Concelho**” foi adjudicado uma prestação de serviços para a “criação de uma nova identidade institucional do concelho de Alter do Chão” por € 47.723,85, tendo sido pago o valor de € 23.820,93, passando para 2020 o restante € 23.902,89. Foi gasta uma verba de € 7.688,42 em lonas, flyers, cartazes, desdobráveis, publicidade em jornais, revistas e rádios.

Desporto – 252

Ao nível da “Manutenção das Piscinas do Concelho” foi adquirida uma bomba circuladora no valor de € 1.944,63 e algum equipamento de manutenção do sistema de bombas da piscina coberta de Alter do Chão, no valor de € 1.891,00.

Decorreu durante o ano 2020 a **empreitada de Alteração do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão**, a qual foi adjudicada à firma Imosati – Construção e Serviços de Hotelaria e Turismo, Lda., pelo **montante de € 322.794,97**.

Esta obra foi **candidatada no âmbito do Programa BEM** (Despacho n.º 6274/2018) considerando um **investimento elegível de € 299.997,45** com uma **comparticipação de € 93.990,29** recebida ainda no final de 2019.



A obra do pavilhão foi também enquadrada noutra **candidatura** efetuada ao Alentejo 2020, Eixo 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, Prioridade 4.3 - Apoio à Eficiência Energética, cujo código é **ALT20 - 07 - 1203 - FEDER - 000135**, com um **investimento elegível de € 172.024,55** e uma **comparticipação de € 77.411,05**, e ainda numa outra candidatura complementar com o código **ALT20 - 07 - 1203 - FEDER - 000136**, com um **investimento elegível de € 2.099,70** e uma **comparticipação de € 1.784,74**.

Foi efetuada a requalificação do polidesportivo de Chança pelo valor de € 58.608,06, onde se incluiu o piso, a vedação e o revestimento dos bancos (deck).

Nas “Diversas atividades desportivas”, com um valor gasto de € 1.254,60, enquadra-se a aquisição de troféus, águas, frutas para o desenvolvimento de atividades como por exemplo, Jogo do Burro em Seda, Abertura dos Jogos do Norte Alentejano e Jogo da Malha na Cunheira.

Uma nota relativamente aos Jogos do Norte Alentejano e Provas de BTT, habituais nos anos anteriores, não se realizaram em 2020 devido à pandemia, pelo que não houve lugar a qualquer pagamento ou transferência de verba para a CIMAA.

Outras Atividades Cívicas e Religiosas – 253

Foi pago € 5.000,00 à Paróquia de Nossa Senhora d'Assunção para apoio na pintura e reparação das fachadas das igrejas do Convento de St.º António, Santa Ana e Alter Pedroso.

Foi deliberado em reunião do Executivo Municipal atribuir um apoio financeiro de € 3.000,00, por ano, por três anos, à Diocese de Portalegre e Castelo Branco para valorização do património religioso. Os trabalhos decorreram durante 2019 e 2020, tendo sido pagos € 6.000,00 em 2019. Os restantes € 3.000,00 serão pagos em 2021.

03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 310

A despesa apresentada reflete o valor gasto em tout-venânt e brita aplicada em vários caminhos agrícolas com características florestais.



Indústria e Energia – 320

Através do projeto Reparação/Remodelação/Ampliação da Rede Pública de Iluminação do Concelho foi melhorada a rede de Chança com um custo de € 1.051,19. Foi também melhorada a iluminação na Travessa do Mercado em Alter do Chão no valor de € 3.152,97, bem como a iluminação na Praceta D. Nuno Álvares Pereira no montante de € 3.677,70.

Transportes Rodoviários – 331

Enquadrado no âmbito do PAMUSAA - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável no Alto Alentejo - foi efetuado um procedimento concursal para adjudicação da empreitada de **“Requalificação da Antiga EN 369 na Entrada Sul de Alter do Chão e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide”** bem como a aquisição dos terrenos envolvidos na operação.

Estas duas ações constituíram uma candidatura efetuada ao programa regional do Alentejo - Alentejo 2020, Prioridade de Investimento 4.5, Tipologia de intervenção - Operações de Mobilidade Urbana selecionadas no PAMUS dos Centros Urbanos Complementares, cujo código é **ALT20 - 07 - 1406 - FEDER - 000002**, aprovada com um investimento elegível de € 395.607,52 e uma participação de € 336.266,39. Estes valores foram corrigidos após a adjudicação da empreitada para € 318.476,27 e uma participação de € 270.704,83. Foram pagos € 200.436,36 em 2018, transitando para 2019 o valor de € 37.441,30. Transitou ainda **para 2020 o valor da revisão de preços € 34.854,39.**

A empreitada de **“Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina”** foi adjudicada em junho em 2017, por € 211.520,05 à firma 4MB - Construções, Lda., encontrando-se a mesma concluída nesta data. Esta empreitada integrou **duas candidaturas**, uma ao Alentejo 2020, com a designação **“Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento”**, no âmbito do PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, **ALT20 - 07 - 1406 - FEDER - 000014**, com um investimento elegível de € 79.557,39 e uma participação de 85%, ou seja, € 67.623,78. Outra, também ao Alentejo 2020, com a designação **“Requalificação do Largo do Moinho de Vento e do Largo de Santa Catarina, em Alter do Chão”** mas enquadrada no PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana, **ALT20 - 08 - 2316 - FEDER - 000042**, com um investimento elegível de € 134.905,22 e uma participação de 85%, € 114.669,44. Ou seja, a empreitada é só uma mas foi separada em partes conforme o enquadramento para financiamento. Foram ainda pagos os restantes € 15.382,64 relativos a trabalhos a mais desta



mesma empreitada dum total de € 20.564,11 ainda em 2019. Em 2020 foi pago o valor referente à revisão de preços € 5.286,27.

Relativamente ao projeto “Aquisição de mobiliário urbano” foram adquiridas floreiras, papelarias, bancos de jardim, bebedouros e dispensadores de sacos para recolha de dejetos.

No projeto de “Constituição/beneficiação de arruamentos nos aglomerados do concelho”, ação 1 - Obras, estão enquadradas duas empreitadas: a “Repavimentação da Rua do Castelo em Seda”, a qual foi adjudicada à firma Constradas – Estradas e Construção Civil, S.A., pelo montante de € 71.464,41, tendo sido paga a verba de € 51.588,35, transitando para 2021 o restante valor. E a empreitada de “Pavimentação da Rua Principal em Alter do Chão”, adjudicada à firma Senpapor pelo valor de € 6.517,02.

No projeto “Beneficiação da Rede Viária” inclui-se a empreitada de “Pavimentação da antiga E.N. 369 entre o Km 18 e o cruzamento com a E.M. 538 em Alter do Chão. Esta obra foi adjudicada à firma Senpapor pelo valor de € 47.992,18.

No que respeita ao projeto “Arranjos Paisagísticos”, foi executada a empreitada de **“Construção de Áreas Pedonais na Entrada Poente de Alter do Chão”**, adjudicada à firma Senpapor pelo valor de € 119.594,50. Esta obra foi candidatada ao Alentejo 2020, no âmbito do PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, **ALT20 - 07 - 1406 - FEDER - 000042**, com um **investimento elegível de € 79.241,16** e uma **comparticipação de 85%, ou seja, € 67.354,99**.

Foi também adjudicada a empreitada de “Criação e Dinamização da Rede e Infraestruturas para o Autocaravanismo do Alentejo e Ribatejo – Criação de Áreas de Serviço” à firma Senpapor pelo montante de € 73.913,16. Transitou para 2021 o pagamento de € 41.296,23. Também esta obra foi objeto de candidatura ao Turismo de Portugal, Programa Valorizar – Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior (Aviso n.º 1) - PO64618, com um investimento elegível de € 88.256,54 e uma participação de € 61.779,58 (ajuste ao investimento requerido em dezembro de 2020 autorizado).

Enquadrada no projeto “Planos de Mobilidade, Segurança Rodoviária e Sinalização” adjudicou-se em 2020 a “Empreitada de Obras Públicas para o Turismo Acessível para o Centro da Vila de Alter do Chão” à firma Agrocinco – Construções, S.A. pelo valor de € 294.307,09. Esta obra foi candidatada ao Alentejo 2020, no âmbito do PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, **ALT20 - 07 - 1406 - FEDER - 000033**, com um **investimento elegível de € 289.348,20** e uma **comparticipação de € 245.945,97**.



No âmbito da sinalética urbano/turística foi gastos € 22.120,00, tendo sido executada a empreitada de sinalização horizontal em vários arruamentos da vila de Alter do Chão por € 8.387,35 e colocadas lombas reductoras de velocidade em alguns arruamentos de Alter do Chão e Seda, cujo valor foi de € 6.143,85.

Mercados e Feiras – 341

No campo da feira foram gastos € 3.603,98 na colocação de vedação.

Foi adquirida um equipamento de ar condicionado para o mercado de Seda no valor de € 3.300,09.

Turismo – 342

Ao nível do projeto “Turismo” foi desenvolvido um procedimento para a dinamização do Alter International Horse Summit, o qual correspondeu a uma despesa de € 92.001,05.

Foi ainda executada a empreitada de Valorização da Fontinha/Chafariz pelo valor de € 25.630,79, adjudicada à firma Archeo Estudos, Investigação Arqueológica, Lda.. Esta obra foi candidatada no âmbito do Grupo de Ação Local - LEADERSOR, **ALT20 - 06 - 5141 - FEDER – 001108**, com um **investimento elegível de € 29.165,00** e uma **comparticipação FEDER de € 24.790,25**.

04 OUTRAS FUNÇÕES

Transferências entre Administrações – 420

Foram transferidos € 10.000,00 para cada uma das freguesias do concelho.

Os valores acima mencionados são apoios financeiros para despesas urgentes e inadiáveis, decorrentes de situações imprevistas, da instalação de infraestruturas básicas e para apoio à organização de eventos que visem a salvaguarda dos interesses próprios das populações.



Diversas não especificadas – 430

Englobado nas Grandes Opções do Plano é registado o pagamento do **Fundo de Apoio Municipal**, que em 2020 regista o último pagamento no valor de € 5.684,11.

Relativamente à **Aquisição de Material Informático** foram gastos € 10.599,13, valor em que se enquadrou as infraestruturas informáticas para instalação de rede wifi no âmbito do projeto “Disponibilização de wifi em locais turísticos”, no valor de € 5.237,34, adjudicado à firma Caboinstal – Instalação de Cablagem Elétrica, Lda..

Foram também adquiridas câmaras para o Castelo no valor de € 2.991,57, bem como equipamento informático de suporte.

No projeto “**Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento**” foram gastos € 6.120,48 na aquisição de oleões.

Enquadrado no projeto “**Aquisição e Grande Reparação de Material de Transporte**”, foi adquirido um trator para serviços do parque de máquinas, pelo valor de € 56.500,00, foram gastos € 10.933,93 na reparação dos dumpers Astel C-819 e C-1012, no autocarro SCANIA 36-NR-87, € 8.771,17.

No projeto “**Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento**” a despesa atingiu € 19.783,34, distribuídos por aquisição de serviços de mecânica para reparação da motoniveladora KOMATSU, aquisição de uma grade de discos e aquisição de um corta relva JOHN DEERE.

5 – Execução orçamental

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

5.1 – Modificações ao Orçamento

As Grandes Opções do Plano e Orçamento como documentos de natureza previsional são, em regra, durante a sua execução, objeto de ajustamentos, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, através de alterações e revisões, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo em casos excepcionais previstos na lei.

O orçamento inicial foi de € 9.533.786,00, tendo sido aprovadas três revisões pela Assembleia Municipal. Registaram-se nove alterações orçamentais durante o ano de 2020 que introduziram modificações nas despesas e receitas, tendo como objetivo ajustar as previsões orçamentais que fixaram o orçamento final em € 9.152.922,87.

Quadro 15 – Resumo das Modificações ao Orçamento

		Receita		Despesa		
Designação		Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas
Correntes	Impostos diretos	421 005,00	421 005,00	Despesas com pessoal	2 974 730,00	2 913 675,00
	Impostos indiretos	15 100,00	15 100,00	Aquisição de bens e serviços	2 206 250,00	2 465 741,87
	Taxas, multas outras penalidades	30 050,00	45 600,00	Juros e outros encargos	10 500,00	10 500,00
	Rendimentos de propriedade	210 350,00	211 650,00	Transferências correntes	211 750,00	260 250,00
	Transferências correntes	4 226 621,00	4 392 424,00	Subsídios	40 000,00	49 700,00
	Venda de bens e serviços correntes	816 050,00	823 150,00	Outras despesas correntes	242 000,00	107 000,00
	Outras receitas correntes	250 700,00	52 100,00			
	Total Receitas Correntes	5 969 876,00	5 961 029,00	Total Despesas Correntes	5 685 230,00	5 806 866,87
Capital	Venda de bens de investimento	811 430,00	831 430,00	Aquisição de bens de capital	3 396 156,00	2 921 656,00
	Transferências de capital	2 727 080,00	1 554 003,00	Transferências de capital	291 000,00	263 000,00
	Ativos financeiros	400,00	400,00	Ativos financeiros	11 400,00	11 400,00
	Outras receitas de capital	15 000,00	15 000,00	Passivos financeiros	150 000,00	150 000,00
	Reposições não abatidas pagamen.	10 000,00	15 000,00	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Saldo da gerência anterior	0,00	776 060,87			
	Total Receitas de Capital	3 563 910,00	3 191 893,87	Total Despesas de Capital	3 848 556,00	3 346 056,00
Total	9 533 786,00	9 152 922,87	Total	9 533 786,00	9 152 922,87	



5.2 – Equilíbrio orçamental

A 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que estipula no n.º 2 do artigo 40.º que a “receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Diz o n.º 3 do mesmo artigo que “O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é, obrigatoriamente, compensado no exercício seguinte.”

Ainda o n.º 4 estipula que “Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

Deve ainda ser tida em conta a norma transitória constante do artigo 83.º que diz que “ Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, consideram-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

Assim sendo, apurámos o valor da amortização média de € 181.846,45, à data de 31 de dezembro de 2013, para o município de Alter do Chão, que será sempre o mesmo valor até haver contração de novos empréstimos ou amortização dos existentes.

Considerando que em 2016 foram totalmente amortizados seis empréstimos, o valor da amortização média foi recalculado obtendo-se € 146.900,88.

Em 2019 não foi possível cumprir este preceito legal, sendo que a despesa corrente foi superior à receita corrente em € 13.719,16. Assim, juntando o valor da amortização média dos empréstimos passamos para um valor negativo de € 160.620,04, ainda assim, inferior a 5% das receitas correntes totais (€ 271.928,16), situação que ficou a dever-se ao desfecho de um processo que decorria em tribunal desde 2005 e sobre o qual o município foi condenado a pagar o valor de € 311.805,08. Caso esta situação não se tivesse verificado o município teria um equilíbrio orçamental de € 151.185,04.

Em 2020 regista-se o valor mais elevado dos últimos sete anos com € 832.421,97, conforme quadro seguinte:

**Quadro 16 – Equilíbrio Orçamental**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Corrente	5 060 442,02	5 181 584,62	5 190 525,62	5 227 163,13	5 402 734,94	5 438 563,26	5 703 227,84
Despesa Corrente	4 855 052,67	4 760 140,15	4 968 815,13	4 809 761,05	4 777 761,60	5 452 282,42	4 723 903,99
Diferença	205 389,35	421 444,47	221 710,49	417 402,08	624 973,34	-13 719,16	979 323,85
Amortizações Médias	181 846,45	181 846,45	181 846,45	146 900,88	146 900,88	146 900,88	146 901,88
Equilíbrio Orçamental	23 542,90	239 598,02	39 864,04	270 501,20	478 072,46	-160 620,04	832 421,97

5.3 – Execução orçamental da receita

A Receita Total cobrada foi de € 8.033.924,82, representando uma execução do orçamento de receita de 88,32%, o que vai ao encontro do estipulado no n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quando diz: “no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas no n.º 1” (os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo).

O grau de execução da receita em 2019 foi de 88,30%, acima dos 85% impostos por lei. Assim, o município não se enquadra na situação descrita no artigo mencionado, cumprindo esta mesma disposição legal.

O quadro abaixo mostra a execução das receitas por natureza: as receitas correntes cobradas foram no montante de € 5.703.277,84, atingindo um grau de execução de 95,68%, as receitas de capital cobradas foram de € 1.593.418,68, correspondendo a um grau de execução de 66,37%. As outras receitas foram € 787.278,30, em que a sua quase totalidade respeita à inclusão do saldo da gerência anterior (€ 776.060,87).

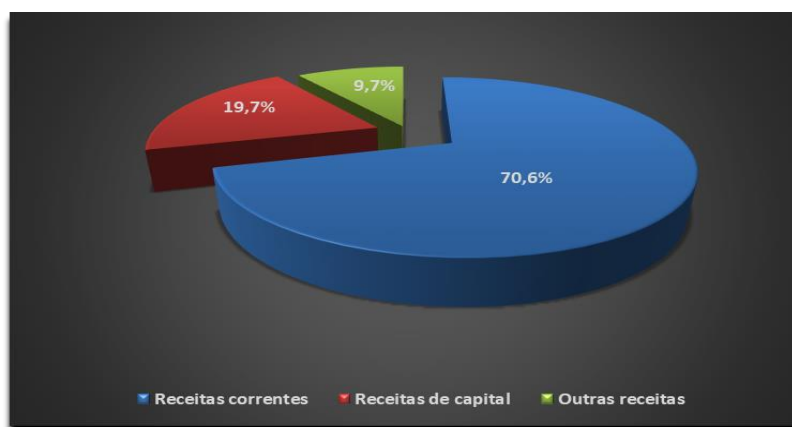
Quadro 17 – Execução das receitas por natureza e grau de execução

Receitas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5 961 029,00 €	5 703 227,84 €	-257 801,16 €	95,68%
Capital	2 400 833,00 €	1 593 418,68 €	-807 414,32 €	66,37%
Outras	791 060,87 €	787 278,30 €	-3 782,57 €	99,52%
Total	9 152 922,87 €	8 083 924,82 €	-1 068 998,05 €	88,32%

O gráfico abaixo mostra a distribuição das receitas por natureza económica. As receitas correntes representam 70,6% do total das receitas, as receitas de capital representam 19,7%, a

parcela mais pequena é para as outras receitas que representam apenas 9,7% do total, sendo que neste valor se engloba o saldo da gerência anterior.

Gráfico 13 – Peso das receitas correntes e de capital na receita total



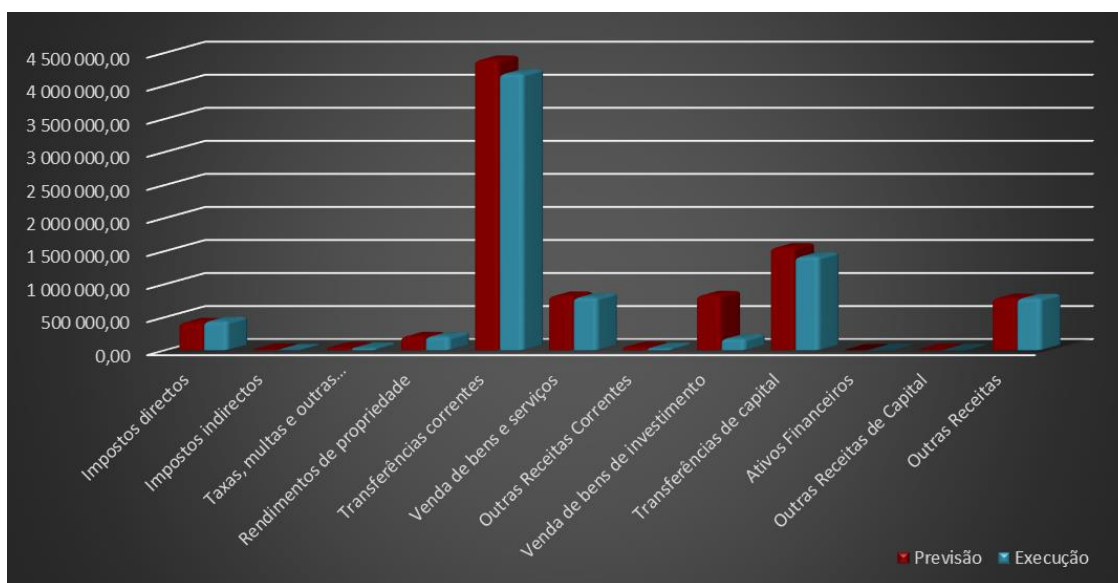
Efetuada de seguida uma análise por rubrica de receita verificamos que o maior peso da receita está nas Transferências (correntes e de capital) do Orçamento de Estado que atingem um peso de 69,26% no total da receita, facto este que não é novidade, uma vez que é apanágio dos municípios do interior, devido, essencialmente, à sua fraca capacidade em gerar receitas próprias, quer ao nível dos impostos directos, quer ainda pelo fraco tecido empresarial.

Quadro 18 – Execução das receitas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na receita total%
Impostos directos	421 005,00	438 698,96	17 693,96	104,20%	5,43%
Impostos indirectos	15 100,00	4 952,77	-10 147,23	32,80%	0,06%
Taxas, multas e outras penalidades	45 600,00	35 089,56	-10 510,44	76,95%	0,43%
Rendimentos de propriedade	211 650,00	208 217,03	-3 432,97	98,38%	2,58%
Transferências correntes	4 392 424,00	4 183 678,08	-208 745,92	95,25%	51,75%
Venda de bens e serviços	823 150,00	799 365,64	-23 784,36	97,11%	9,89%
Outras Receitas Correntes	52 100,00	33 225,80	-18 874,20	63,77%	0,41%
Total receitas correntes	5 961 029,00	5 703 227,84	-257 801,16	95,68%	70,6%
Venda de bens de investimento	831 430,00	177 795,80	-653 634,20	21,38%	2,20%
Transferências de capital	1 554 003,00	1 415 622,88	-138 380,12	91,10%	17,51%
Ativos Financeiros	400,00	0,00	-400,00	0,00%	0,00%
Outras receitas de capital	15 000,00	0,00	-15 000,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas	791 060,87	787 278,30	-3 782,57	99,52%	9,74%
Total receitas de capital	3 191 893,87	2 380 696,98	-811 196,89	74,59%	29,4%
Total	9 152 922,87	8 083 924,82	-1 068 998,05	88,32%	100,0%

A representação do quadro anterior em termos gráficos permite uma melhor visualização da dependência das Transferências do Orçamento de Estado (69,26%). A Venda de Bens e Serviços representa apenas 9,89% do total da receita, a seguir aparecem os impostos diretos com um peso de 5,43% e depois a Venda de Bens de Investimento com um peso de 2,20%. A restante receita não tem expressão, sendo que os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades ficam-se pelos 0,49% das receitas.

Gráfico 14 – Comparação de previsão e da execução da receita



Como se pode observar no gráfico, os valores de previsão de receita são muito semelhantes aos valores de execução, sendo as transferências de capital e venda de bens de investimento as rubricas onde se verificou maior discrepância de dados, visto estar prevista receita de candidaturas no âmbito do Portugal 2020 que tardou em se efetivar.

Quadro 19 – Execução das receitas por natureza – comparação com o ano anterior

Receitas	2019	2020	Varição
Correntes	5 438 563,26 €	5 703 227,84 €	4,87%
Capital	1 288 357,39 €	1 593 418,68 €	23,68%
Outras	919 615,05 €	787 278,30 €	-14,39%
Total	7 646 535,70 €	8 083 924,82 €	5,72%



Quadro 20 – Evolução das receitas 2015 – 2020

RECEITAS	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Impostos directos	358 792,42	338 171,08	-5,75	364 385,98	7,75	487 490,20	33,78	435 751,64	-10,61	438 698,96	0,68
IMI	298 037,90	278 061,99	-6,70	292 433,98	5,17	318 372,32	8,87	310 376,71	-2,51	316 199,30	1,88
IMT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91 340,31	0,00	46 776,82	-48,79	47 107,07	0,71
Impostos s/ veículos/IUC	52 662,34	53 802,28	2,16	58 208,83	8,19	61 981,46	6,48	65 010,41	4,89	63 053,33	-3,01
Derrama	8 092,18	6 306,81	-22,06	13 743,17	117,91	15 796,11	14,94	13 587,70	-13,98	12 339,26	-9,19
Impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indirectos	8 879,97	7 966,93	-10,28	11 664,68	46,41	13 815,70	18,44	16 714,25	20,98	4 952,77	-70,37
Taxas, multas e outras penalidades	28 080,62	26 909,33	-4,17	33 204,29	23,39	27 393,04	-17,50	29 281,24	6,89	35 089,56	19,84
Rendimentos de propriedade	206 898,89	253 456,83	22,50	205 490,87	-18,92	157 563,51	-23,32	207 732,04	31,84	208 217,03	0,23
Transferências correntes	3 869 562,87	3 844 629,27	-0,64	3 903 992,09	1,54	3 945 712,54	1,07	3 967 644,00	0,56	4 183 678,08	5,44
FEF corrente	3 503 621,00	3 544 966,00	1,18	3 665 003,00	3,39	3 702 222,00	1,02	3 674 948,00	-0,74	3 878 799,00	5,55
Fundo Social Municipal	63 271,00	63 271,00	0,00	63 271,00	0,00	63 271,00	0,00	63 271,00	0,00	63 271,00	0,00
Participação fixa no IRS	52 307,00	54 255,00	3,72	46 709,00	-13,91	57 749,00	23,64	46 074,00	-20,22	55 791,00	21,09
Participação fixa no IVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65 684,82	100,00
Outras	250 363,87	182 137,27	-27,25	129 009,09	-29,17	122 470,54	-5,07	183 351,00	49,71	120 132,26	-34,48
Venda de bens	212 404,53	224 454,93	5,67	264 313,78	17,76	315 337,50	19,30	327 688,65	3,92	349 146,20	6,55
Venda de serviços	343 027,18	349 484,17	1,88	350 894,53	0,40	361 247,15	2,95	366 282,66	1,39	374 553,74	2,26
Rendas	94 233,08	96 949,93	2,88	92 549,06	-4,54	93 551,29	1,08	85 477,25	-8,63	75 665,70	-11,48
Outras receitas correntes	59 705,06	48 503,15	-18,76	667,85	-98,62	624,01	-6,56	1 991,53	219,15	33 225,80	1 568,36
Total das Receitas Correntes	5 181 584,62	5 190 525,62	0,17	5 227 163,13	0,71	5 402 734,94	3,36	5 438 563,26	0,66	5 703 227,84	4,87
Venda de bens de investimento	52 838,20	174 745,72	230,72	77 363,85	-55,73	76 434,53	-1,20	113 312,46	48,25	177 795,80	56,91
Transferências de capital	889 217,11	616 285,49	-30,69	979 665,30	58,96	1 187 388,68	21,20	1 175 044,93	-1,04	1 415 622,88	20,47
FEF capital	389 291,00	393 885,00	1,18	407 223,00	3,39	411 358,00	1,02	711 030,00	72,85	837 453,00	17,78
Outras	499 926,11	222 400,49	-55,51	572 442,30	157,39	776 030,68	35,56	464 014,93	-40,21	578 169,88	24,60
Empréstimo de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos m/l prazo	588,00	0,00	-100,00	84,00	100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285,73	100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	942 643,31	791 031,21	-16,08	1 057 113,15	33,64	1 264 108,94	19,58	1 288 357,39	1,92	1 593 418,68	23,68
Outras	188 822,10	381 198,50	101,88	613 856,39	61,03	630 197,83	2,66	919 615,05	45,92	787 278,30	-14,39
Total Geral	6 313 050,03	6 362 755,33	0,79	6 898 132,67	8,41	7 297 041,71	5,78	7 646 535,70	4,79	8 083 924,82	5,72

Ao analisarmos os dados do quadro anterior concluímos que a receita total, nos últimos seis anos, tem vindo a aumentar. Verificamos que o valor das receitas correntes aumentou desde 2015, contribuindo desta forma para o aumento da receita total. Já no que respeita às receitas de capital, estas têm oscilado ao longo dos anos. O ano de 2017 regista um aumento considerável, bem como o ano 2018, o que está diretamente relacionada com o facto de o atual quadro comunitário Portugal 2020, iniciado em 2014, ter demorado muito para o arranque efetivo quer para a submissão de candidaturas, quer para a aprovação das mesmas.

Nos **impostos directos** registamos um aumento muito ligeiro de 0,68% relativamente a 2019, o que pode ser justificado pela redução do valor da receita da derrama (-9,19%) e também pela redução da receita do imposto sobre veículos (-3,01%). O aumento verificado na receita de IMI foi apenas de 1,88%.

Os **impostos indirectos** registaram uma quebra de 70,37% relativamente a 2019. Os impostos indirectos englobam as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o sector produtivo, incidindo



sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais. A redução do valor está diretamente relacionada com a inexistência de receita cobrada em “Loteamentos e obras” e “Ocupação da via pública” relativamente aos anos anteriores.

Relativamente às **taxas, multas e outras penalidades** regista-se um aumento de 19,84%. O valor desta receita tem oscilado ao longo dos últimos seis anos. No grupo das “Taxas” inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei. No grupo das “Multas e outras penalidades” engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No que respeita aos **rendimentos de propriedade**, o valor recebido tem-se mantido mais ou menos idêntico ao longo dos anos, pouco mais de € 200.000,00. Em 2016, o valor da receita foi de € 253.456,83. Este valor representa a renda paga pela EDP pela concessão da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e da rede de iluminação pública do município de Alter do Chão. A renda é paga trimestralmente e o valor é de cerca de € 52.000,00. Em 2016, o valor do último trimestre deu entrada ainda no mês de dezembro, situação que não se verificou nos anos anteriores, ou seja, o valor de dezembro só era registado em janeiro do ano seguinte. Desta forma, em 2016, foram registados cinco trimestres de renda, os quatro de 2016 e um de 2015, pelo que, em termos de receita efetivamente cobrada o valor parece representar um aumento de 22,5%. Em 2017 registaram-se os quatro trimestres do ano, o que, quando comparado com o valor de 2016, parece ter existido uma redução. Em 2018 não foi possível registar a receita do último trimestre, uma vez que a verba entrou na conta bancária no dia 31 de dezembro, o qual coincide com uma tolerância de ponto. A verba deu entrada nos cofres da autarquia em janeiro do ano seguinte, pelo que se regista uma quebra de 23,32% nesta receita. Igualmente, em 2019, volta a não ser possível registar a receita do último trimestre, uma vez que a verba entrou na conta bancária no dia 31 de dezembro, coincidindo, novamente, com uma tolerância de ponto. Considerando que foram registados quatro trimestres, o valor corresponde (mais ou menos) ao valor da renda anual, assim, o aumento registado de 31,84% deve ser considerado na justa medida do atrás exposto. Em 2020 volta-se a dar entrada de quatro trimestres de renda, sendo que um é referente ao ano anterior.

As **transferências correntes** registaram um aumento 5,44% em relação ao ano anterior. Verifica-se um aumento em todas as componentes desta rubrica exceto nas “Outras Transferências Correntes”. Aumenta o Fundo de Equilíbrio Financeiro em 5,55%, aumenta a participação no IRS em 21,09%, relativamente a este último, o município aprovou a devolução de metade do valor



da receita passível de arrecadação aos respetivos municípios. O valor do Fundo Social Municipal manteve-se inalterado. A partir de 2020 os municípios começaram a receber uma percentagem de participação no IVA, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º (Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. As Outras Receitas enquadradas nas transferências correntes registaram uma redução de 34,48% relativamente ao ano anterior e dizem respeito, à comparticipação do IEFP em contratos de emprego inserção (beneficiários do subsídio de desemprego, beneficiários do rendimento social de inserção) - € 10.880,03, à comparticipação da equipa de sapadores (ICNF - € 2.808,00), à comparticipação das atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa e refeições escolares (DGESTE - € 92.720,08), entre outras de menor valor.

A receita da **venda de bens** regista um aumento de 6,55% sendo que a maior receita aqui registada é a venda de água aos municípios e representa € 343.337,31 do total da receita de € 348.654,53. Salienta-se ainda que este é o valor mais alto dos últimos seis anos, no entanto, deve ter-se em conta que de 2017 para a frente foi registado, nesta rubrica, o valor que, em anos anteriores, se enquadrava na rubrica de “quota de disponibilidade”, daí que, em termos reais não se regista aumento no valor total cobrado. Em 2019 foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2015, no sentido de se seguir novamente as orientações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), nomeadamente a preconizada na recomendação tarifária n.º 1/2009. Recomendação esta que determina que as prestações a fixar pelos municípios relativas aos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão dos resíduos urbanos garantam a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços.

A rubrica **venda de serviços** regista um valor ligeiramente superior ao do ano anterior, 2,26%. O valor cobrado pelo serviço de saneamento e recolha de resíduos representou € 362.830,95 do total de € 374.034,70 cobrados nesta rubrica. Inclui-se também nesta rubrica a receita cobrada nos museus (€ 6.429,50, contra os € 11.441,33 de 2019) e recintos desportivos do município (€ 980,00, contra os € 9.580,09 de 2019), mercados e feiras (€ 6.083,02, contra os € 7.187,57) e ainda cemitérios (€ 8.108,34, contra os € 1.329,75 de 2019). Está patente nesta rubrica a quebra de receita derivada da pandemia quer na redução das receitas ao nível cultural e desportivo, quer no aumento da receita ao nível dos cemitérios.

No que respeita à **receita das rendas**, quer das habitações, quer das lojas ou ainda dos recintos que se encontram concessionados, regista-se uma diminuição relativamente ao ano anterior, 11,48%. É o segundo ano consecutivo com redução ao nível desta receita.



As **outras receitas correntes** registaram um aumento de 1568,36% relativamente a 2019, ano em que se tinha registado um aumento de 219,15% em relação a 2018, depois de ter registado uma quebra de 98,62% de 2016 para 2017 e de 6,56% de 2017 para 2018. A quase totalidade desta receita tinha origem na chamada “Quota de disponibilidade” incluída na fatura da água apresentada aos munícipes, no entanto, a partir do mês novembro de 2016, este valor passou a ser cobrado pela classificação de venda de água, uma vez que se trata de uma tarifa fixa e já não a “Quota de disponibilidade”, daí a redução desta receita nesta classificação, em contrapartida do aumento da receita de venda de água na rubrica de “venda de bens”. O grande aumento registado em 2019 teve origem num pagamento, feito por um munícipe, relativo à reposição de um banco de jardim que destruiu num acidente. Em 2020 o aumento reflete um patrocínio obtido no âmbito do “Alter International Horse Summit”.

A **venda de bens de investimento** regista um aumento relativo ao ano anterior de 56,91%. Relembramos que o valor registado em 2016 (€ 174.745,72) reflete a venda da barragem do Zambujo. A barragem foi vendida por € 221.000,00, mas apenas 50% do valor foi pago em 2016, a restante verba será paga em cinco prestações anuais, a terminar em 2021.

Assim, foi recebida mais uma prestação relativa à barragem do Zambujo (€ 22.100,00) e o restante valor reflete a venda de habitações, € 101.458,73, veículos usados, € 20.848,51 e terrenos € 33.388,56.

Relativamente às casas, em 2020, foi vendido um prédio urbano, sito na Rua do Bairro Novo, n.º2 em Cunheira, correspondendo ao artigo matricial 544, pelo valor de € 22.927,13, pago na totalidade; um prédio urbano, sito na Rua do Bairro Novo, n.º 37 em Cunheira, com o artigo matricial 559 pelo valor de € 22.333,24, a pagar em prestações; um prédio urbano, sito no Largo do Bairro Novo, n.º 16, em Cunheira, com o artigo matricial 438, pelo valor de € 23.069,74, a pagar em prestações; um prédio urbano, sito na Rua Dr. Mendes Dona, n.º 1, em Alter do Chão, com o artigo matricial 3453, pelo valor de € 28.507,95, pago na totalidade; um prédio urbano, sito no Largo do Bairro Novo, n.º 24, em Cunheira, com o artigo matricial 535, pelo valor de € 22.316,65, a pagar em prestações; um prédio urbano, sito no Largo do Bairro Novo, n.º 57, em Cunheira, com o artigo matricial 567, pelo valor de € 23.091,01, a pagar em prestações; um prédio urbano, sito na Av.ª Padre José Agostinho Rodrigues, n.º 57, em Alter do Chão, com o artigo matricial 2289, pelo valor de € 31.423,65, pago na totalidade; um prédio urbano, sito na Rua do Bairro Novo, n.º 13, em Cunheira, com o artigo matricial 549, fração autónoma letra A, pelo valor de € 11.435,96, a pagar em prestações; um prédio urbano, sito no Largo do Bairro Novo, n.º 59, em Cunheira, com o artigo matricial 568, pelo valor de € 22.316,65, a pagar em



prestações; um lote de terreno na Zona Industrial, L9-A destinado a indústria/comércio/serviços, com o artigo matricial 3362, pelo valor de € 611,14.

Há ainda a realçar que foi efetuada uma doação de um prédio urbano à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão. O prédio, sito na Rua da Misericórdia, com o artigo matricial 360 e o valor patrimonial de € 196.580,00 foi doado por forma a regularizar uma situação muito antiga, pois nele está construída creche da Santa Casa de Alter do Chão.

Foi ainda doado à Junta de Freguesia de Chancelaria um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 7, em Chança, com o artigo matricial 268 e o valor patrimonial € 10.341,02, onde está a funcionar o Museu Chança.

No âmbito das **transferências de capital** registamos um aumento de 20,47%, para o que contribuiu o aumento dos recebimentos FEDER em 24,60% e também do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital com 17,78% relativamente ao ano anterior. Este aumento tem como justificação quer o aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital, quer o aumento do valor atribuído conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estava suspenso desde 2016.

Nas **outras transferências de capital** verificou-se um aumento relativamente a 2019 de 24,60%. Esta receita refere-se ao cofinanciamento dos projetos apresentados no âmbito do Portugal 2020. A verba inscrita na dotação corresponde aos valores a receber à data de elaboração do orçamento e é superior ao valor recebido, uma vez que o quadro comunitário em curso – Portugal 2020 – demorou três anos para funcionar em pleno e, ainda assim, as candidaturas aguardam meses, ou anos, pela decisão final.

Nos **empréstimos de médio/longo prazo** não regista qualquer valor uma vez que se refletia nesta rubrica o pagamento mensal referente ao empréstimo concedido no âmbito do FAME por parte do único candidato que apresentou candidatura enquadrável neste tipo de apoio. Este apoio/empréstimo ficou totalmente amortizado em 2017 após o pagamento de uma prestação que se encontrava em dívida para com o município.

5.4 – Execução orçamental da despesa

A Despesa Total efetuada foi de € 6.680.068,02, representando uma execução do orçamento de despesa de 72,98%.

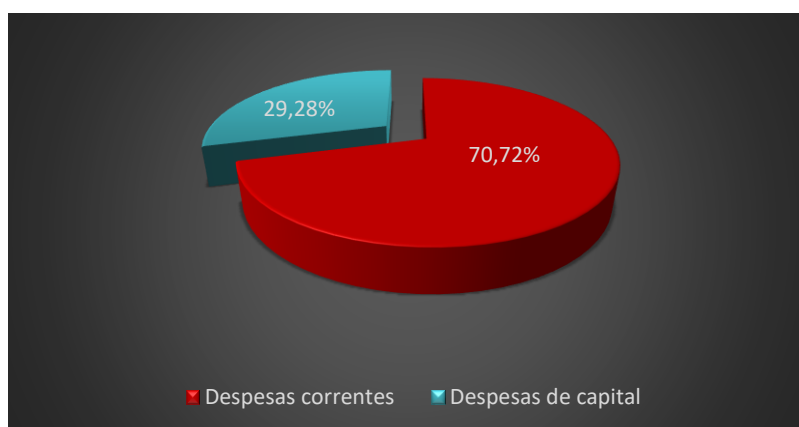
O quadro abaixo mostra a execução das despesas por natureza: as despesas correntes efetuadas foram no valor de € 4.723.903,99, representando um grau de execução de 81,35%, as despesas de capital foram de € 1.956.164,03, atingindo um grau de execução de 58,46%.

Quadro 21 – Execução das despesas por natureza e grau de execução

Despesas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5 806 866,87 €	4 723 903,99 €	-1 082 962,88 €	81,35%
Capital	3 346 056,00 €	1 956 164,03 €	-1 389 891,97 €	58,46%
Total	9 152 922,87 €	6 680 068,02 €	-2 472 854,85 €	72,98%

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição das despesas por natureza económica. As despesas correntes representam 70,72% do total das despesas, as despesas de capital representam apenas 29,28%.

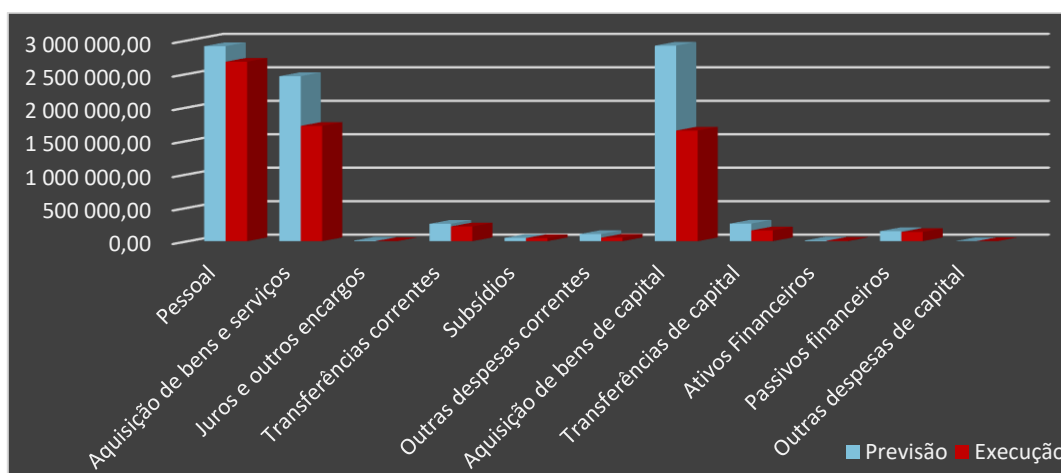
Gráfico 15 – Peso das despesas correntes e de capital na despesa total



Da análise do quadro 22 constatamos que as despesas com pessoal assumem o maior peso na despesa total, representando 40,14%. A seguir está a aquisição de bens e serviços com 25,79%, aparecendo em seguida a aquisição de bens de capital com 24,74%. As restantes rubricas da despesa têm pouco significado em termos de peso na despesa total, não querendo com isto dizer que em termos de valor efetivo o mesmo não represente valor a considerar.

**Quadro 22 – Execução das despesas correntes e de capital**

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na despesa total %
Pessoal	2 913 675,00	2 681 280,90	-232 394,10	92,02%	40,14%
Aquisição de bens e serviços	2 465 741,87	1 722 817,38	-742 924,49	69,87%	25,79%
Juros e outros encargos	10 500,00	941,96	-9 558,04	8,97%	0,01%
Transferências correntes	260 250,00	220 028,27	-40 221,73	84,54%	3,29%
Subsídios	49 700,00	46 445,00	-3 255,00	93,45%	0,70%
Outras despesas correntes	107 000,00	52 390,48	-54 609,52	48,96%	0,78%
Total despesas correntes	5 806 866,87	4 723 903,99	-1 082 962,88	81,35%	70,72%
Aquisição de bens de capital	2 921 656,00	1 652 693,77	-1 268 962,23	56,57%	24,74%
Transferências de capital	263 000,00	160 789,42	-102 210,58	61,14%	2,41%
Ativos Financeiros	11 400,00	5 684,11	-5 715,89	49,86%	0,09%
Passivos financeiros	150 000,00	136 996,73	-13 003,27	91,33%	2,05%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total despesas de capital	3 346 056,00	1 956 164,03	-1 389 891,97	58,46%	29,28%
Total	9 152 922,87	6 680 068,02	-2 472 854,85	72,98%	100,00%

Gráfico 16 – Comparação de previsão e da execução da despesa

Pela observação do gráfico acima confirmamos o já mencionado relativamente à componente da despesa com maior valor, Pessoal. Conseguimos ter uma maior perceção de que o valor previsto em orçamento em cada componente é muito realista uma vez que é muito próxima ao valor executado, com exceção apenas da componente aquisição de bens de capital.

Quadro 23 – Execução das despesas por natureza – comparação com o ano anterior

Despesas	2019	2020	Varição
Correntes	5 452 482,42 €	4 723 903,99 €	-13,36%
Capital	1 418 309,85 €	1 956 164,03 €	37,92%
Total	6 870 792,27 €	6 680 068,02 €	-2,78%



Relativamente ao quadro anterior constatamos que a despesa corrente foi superior em comparação com o ano anterior, já no que respeita à despesa de capital, regista-se uma diminuição de quase 12%. Esta redução está diretamente relacionada com a execução de obras, as quais estão integradas em candidaturas, umas aprovadas outras que aguardavam aprovação. A obra que mais contribuiu para a redução deste valor foi a Obra de Reabilitação do Bairro Social da Cunheira que, por estar em causa um valor muito elevado, levou à elaboração de mais do que uma candidatura, sendo o procedimento lançado já em 2020.

Quadro 24 – Evolução das despesas 2015 – 2020

DESPESAS	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Pessoal	2 556 935,11	2 523 457,31	-1,31	2 544 615,37	0,84	2 634 675,80	3,54	2 758 426,26	4,70	2 681 280,90	-2,80
Aquisição de Bens	685 164,35	634 045,03	-7,46	594 075,60	-6,30	566 118,71	-4,71	634 076,83	12,00	542 268,13	-14,48
Aquisição de serviços	1 049 564,13	1 207 465,21	15,04	1 262 634,11	4,57	1 167 828,13	-7,51	1 387 309,62	18,79	1 180 549,25	-14,90
Encargos financeiros (juros)	19 375,90	9 178,93	-52,63	4 495,73	-51,02	5 712,61	27,07	1 289,82	-77,42	941,96	-26,97
Transferências correntes	278 400,89	251 142,78	-9,79	263 185,18	4,80	221 633,04	-15,79	245 155,73	10,61	220 028,27	-10,25
Transferências p/ freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	100,00	40 000,00	33,33	40 000,00	0,00
Transf. p/ Instituições sem fins lucrativos	224 184,74	207 202,48	-7,58	220 956,55	6,64	155 080,17	-29,81	171 061,84	10,31	117 028,57	-31,59
Outras	54 216,15	43 940,30	-18,95	42 228,63	-3,90	36 552,87	-13,44	34 093,89	-6,73	62 999,70	84,78
Subsídios	70 505,84	60 335,30	-14,43	49 018,84	-18,76	46 503,32	-5,13	39 168,21	-15,77	46 445,00	18,58
Outras despesas correntes	100 193,93	283 190,57	182,64	91 736,22	-67,61	135 289,99	47,48	387 055,95	186,09	52 390,48	-86,46
Total das despesas correntes	4 760 140,15	4 968 815,13	4,38	4 809 761,05	-3,20	4 777 761,60	-0,67	5 452 482,42	14,12	4 723 903,99	-13,36
Investimentos	786 960,79	323 620,16	-58,88	1 026 775,60	217,28	1 271 391,34	23,82	1 138 126,05	-10,48	1 652 693,77	45,21
Terrenos	0,00	0,00	0,00	7 866,75	100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitações	38 922,05	167,40	-99,57	11 968,18	7049,45	25 942,79	116,76	17 797,23	-31,40	15 468,58	-13,08
Outros edifícios	24 843,27	18 868,58	-24,05	28 440,00	50,73	183 729,92	546,03	544 536,07	196,38	1 038 236,53	90,66
Construções diversas	545 607,45	168 600,94	-69,10	792 235,10	369,89	839 807,43	6,00	290 944,13	-65,36	449 178,95	54,39
Material de transporte	57 045,98	66 964,18	17,39	38 966,61	-41,81	93 349,07	139,56	119 004,17	27,48	82 897,14	-30,34
Maquinaria e equipamento	108 917,78	58 768,32	-46,04	72 778,50	23,84	93 091,14	27,91	84 118,12	-9,64	51 596,19	-38,66
Outros	11 624,26	10 250,74	-11,82	74 520,46	626,98	35 470,99	-52,40	81 726,33	130,40	15 316,38	-81,26
Locação Financeira	85 422,58	75 709,16	-11,37	46 244,51	-38,92	26 380,00	-42,96	0,00	-100,00	0,00	0,00
Transferências de capital	83 327,23	164 428,79	97,33	208 475,94	26,79	134 105,40	-35,67	115 224,80	-14,08	160 789,42	39,54
Transferências p/ freguesias	30 000,00	30 000,00	0,00	64 000,00	113,33	4 138,50	-93,53	0,00	-100,00	0,00	0,00
Transf. p/ Instituições sem fins lucrativos	30 512,76	132 917,63	335,61	132 941,22	0,02	117 000,00	-11,99	106 353,08	-9,10	158 909,42	49,42
Outras	22 814,47	1 511,16	-93,38	11 534,72	663,30	12 966,90	12,42	8 871,72	-31,58	1 880,00	-78,81
Activos financeiros	45 473,00	45 473,00	0,00	45 473,00	0,00	34 104,75	-25,00	22 736,50	-33,33	5 684,11	-75,00
Passivos financeiros	173 831,68	173 348,44	-0,28	141 716,48	-18,25	143 202,17	1,05	142 222,50	-0,68	136 996,73	-3,67
Amortizações de empréstimos	173 831,68	173 348,44	-0,28	141 716,48	-18,25	143 202,17	1,05	142 222,50	-0,68	136 996,73	-3,67
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	4 346,20	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das despesas de capital	1 179 361,48	782 579,55	-33,64	1 468 685,53	87,67	1 609 183,66	9,57	1 418 309,85	-11,86	1 956 164,03	37,92
Total Geral	5 939 501,63	5 751 394,68	-3,17	6 278 446,58	9,16	6 386 945,26	1,73	6 870 792,27	7,58	6 680 068,02	-2,78

Ao analisarmos os dados do quadro anterior verificamos que, tal como acontece com os valores da receita, também na despesa total a evolução tem registado oscilações, verificando-se um pequeno decréscimo (2,78%) de 2019 para 2020.

Nas **despesas com pessoal** registou-se uma redução de 2,80%. Durante o ano de 2020 verificou-se a admissão de dois trabalhadores externos à autarquia através de procedimento concursal



(um sapador e uma auxiliar de ação educativa): duas trabalhadoras foram admitidas em mobilidade (uma técnica superior e uma assistente técnica); um trabalhador que regressou de uma comissão de serviço (técnico superior bibliotecário); um técnico superior que saiu da situação de dirigente intermédio; e três situações que respeitam ao gabinete de apoio ao presidente e vereadores que, por indicação da DGAL têm que ser registados como trabalhadores da entidade. Mas as entradas não foram suficientes para compensar as saídas, são contabilizadas seis no grupo dos assistentes operacionais, dois por aposentação, dois por doença prolongada e dois em mobilidade. No grupo dos assistentes técnicos são contabilizadas também seis saídas, uma por aposentação, quatro por mobilidade e um para cargo político. Na carreira de técnico superior são contabilizadas três saídas, duas em mobilidade e uma licença sem vencimento. É registada uma saída de dirigente intermédio de 2.º grau. Assim o número de trabalhadores em 2020 é o mais baixo dos últimos 14 anos. A redução da despesa com pessoal conseguiu enquadrar o valor pago respeitante à subida do salário mínimo nacional de € 635,07 para € 645,07, € 15.095,04.

No que respeita à **aquisição de bens**, o valor é inferior ao de 2019 em 14,48%. Nesta componente da despesa é registada a compra de água em alta cujo valor pago em 2020 foi € 192.373,04, menos 32% do que em 2019 (€ 284.511,15), ano em que ainda se pagou as últimas prestações constantes do acordo celebrado com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (agora Águas do Vale do Tejo, S.A.). Dentro da aquisição de bens a outra despesa de maior valor é a aquisição de bens diversos, na sua maioria para o parque de máquinas, € 135.231,39.

Na rubrica **aquisição de serviços**, regista-se uma redução do valor em 14,90% relativamente a 2019. Nesta rubrica da despesa são registados os encargos das instalações, que dizem respeito à iluminação pública e à energia elétrica e que totalizou € 202.450,73, 9% abaixo do valor do ano anterior (€ 222.692,30), são também registados os gastos com a recolha de resíduos sólidos que perfizeram o valor de € 114.334,84 (que corresponde ao pagamento à VALNOR, S.A.) e € 122.875,63 (que corresponde ao pagamento à SUMA, S.A., pela prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos) e o pagamento pelo serviço de saneamento no montante de € 164.496,81. Estes três valores representam mais de 34,03% do total gasto em aquisição de serviços.

Na rubrica **encargos financeiros** regista-se uma redução de 26,97% relativamente a 2019. A verba respeitante aos encargos dos oito empréstimos de médio e longo prazos foi apenas € 941.96.



A verba transferida para **instituições sem fins lucrativos** diminuiu 31,59% relativamente ao ano anterior. Engloba-se aqui o valor transferido para a Associação Humanitária de Bombeiros de Alter do Chão no âmbito do protocolo da Linha Azul, no montante de € 60.000,00 e mais € 2.500,00 a título de apoio para aquisição de serviços de auditoria, conforme deliberação n.º 110 de 03 junho de 2020 do Executivo Municipal. Em 2020, devido à pandemia as diversas coletividades não efetuaram as suas atividades habituais pelo que também não houve lugar a outros. O quadro seguinte mostra quais as verbas transferidas para cada instituição.

Quadro 25 – Verba transferida por cada Instituição (2017-2020)

Designação	2020	2019	2018	2017
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão	62 500,00	65 000,00	40 000,00	40 000,00
Associação Desportiva de Alter	13 388,00	20 000,00	20 000,00	17 000,00
Banda Municipal Alterense	11 500,00	15 000,00	18 000,00	25 500,00
Companhia das Lezírias	20 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00
Rancho Folclórico "As Ceifeiras" de Alter do Chão	0,00	7 000,00	7 000,00	11 450,00
CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião	0,00	0,00	6 051,60	0,00
Grupo de Forcados Amadores de Alter do Chão	0,00	4 602,52	6 000,00	9 000,00
Associação Amigos da Revista e do Fado	1 250,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00
Grupo Alterense de Cultura	0,00	5 000,00	5 000,00	6 000,00
Coral Polifónico de Alter	0,00	5 000,00	5 000,00	6 000,00
USCAC - Universidade Sénior	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Alter Real BTT	0,00	3 500,00	4 000,00	4 000,00
CERCIPORTALEGRE	0,00	0,00	3 910,00	1 000,00
Associação Percurso Futuro	500,00	3 500,00	3 000,00	2 500,00
Grupo Recreativo e Olímpico da Cunheira	0,00	3 500,00	3 000,00	2 500,00
Associação de Trabalhadores da Câmara Municipal de Alter do Chão	2 990,57	3 023,92	2 968,57	2 969,72
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	1 250,00	1 500,00	2 500,00	7 500,00
Alter Runners - Associação	1 500,00	1 500,00	2 300,00	2 500,00
Associação do Cão da Serra de Aires	0,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00
Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável	0,00	0,00	750,00	67 036,83
Confraria do Senhor Jesus do Outeiro	0,00	250,00	300,00	750,00
Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes	0,00	0,00	200,00	0,00
Grupo de Humanização do Hospital Doutor José Maria	150,00	100,00	100,00	150,00
Associação Celebrar	0,00	0,00	0,00	100,00
Coração Delta	0,00	7 385,40	0,00	0,00
ADRP - Associação dos doentes renais de Portugal	0,00	200,00	0,00	0,00
Total	117 028,57	171 061,84	155 080,17	220 956,55

Nas **outras transferências correntes**, com um total de despesa de € 62.999,70, representa um aumento de 84,78% em relação ao ano anterior, encontramos aqui registados os valores pagos aos estudantes universitários que se candidataram a bolsa de estudo no ano letivo 2019/2020, no montante de € 31.650,00 (relativamente ao ano letivo 2020/2021 não foi paga qualquer verba em 2020). Foram transferidos para a CIMAA € 25.930,32 no âmbito do COVID19, quer para apoio na aquisição de testes para realização nas instituições de carácter social, quer na



aquisição de equipamentos de proteção individual, pagou-se a comparticipação do município na candidatura do Provere InMotion. Ainda nesta rubrica foi efetuada a comparticipação da avaliação do património dos municípios a integrar como capital social a empresa das Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. (€ 1.845,00), bem como a comparticipação para a implementação da empresa (€ 3.053,48).

Na rubrica denominada **subsídios** são registadas dois tipos de despesas: a que corresponde ao apoio às despesas de saúde dos idosos e o subsídio pago no âmbito dos programas de emprego e inserção do IEFP. Assim, o aumento de 18,58% registado ficou a dever-se ao aumento da despesa com o cartão do idoso e ao aumento do número de trabalhadores nos programas ocupacionais

As **outras despesas correntes** registaram uma redução de 86,46%. São aqui registadas despesas como o IVA, € 5.874,61, os serviços bancários, € 8.199,08, valor inferior ao ano anterior, quotizações no montante de € 22.647,25. A redução verificada nesta rubrica deve-se ao facto de em 2019 ter sido efetuado o pagamento de uma indemnização e custas relativamente a um processo que decorreu em tribunal no valor de € 320.880,74 (expropriação de terreno da zona industrial). O restante valor respeita a custas judiciais, certificados energéticos, taxas de registos na Conservatória de registo predial.

Ao nível da despesa em **habitações** registou-se uma diminuição de 13,08%, respeitando este valor à empreitada de pintura dos cinco fogos da Rua da Cadeia, à recuperação da cobertura do edifício na Rua do Corro, n.º 3 e no edifício da Rua das Parreiras n.º 40.

Em **outros edifícios** registou-se um aumento da despesa em 90,66%. A verba em causa divide-se em várias obras: € 327.299,44 na obra de Requalificação do pavilhão Gimnodesportivo, € 509.742,61 na obra de Requalificação do Cineteatro, € 151.042,19 na Reconversão do Edifício do Chafariz Renascentista, € 6.149,52 no fornecimento e montagem de luminárias para o pavilhão, € 7.809,02 na revisão de preços da obra de requalificação do jardim do Álamo.

A rubrica **construções diversas** regista um aumento de 54,39%, com € 449.178,95. Deste valor € 34.854,39 refere-se ao auto de revisão de preços da obra de Requalificação da Antiga E.N. 369 na entrada sul de Alter do Chão e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide, € 51.588,35 foi gasto na obra da Repavimentação da Rua do Castelo em Seda, € 6.360,00 na Valorização Luminotécnica do Chafariz Quinhentista, € 119.594,49 respeita à obra de Construção de Áreas Pedonais na Entrada Poente de Alter do Chão, € 80.609,11 na empreitada de Criação e Dinamização da Rede e Infraestruturas para o Autocaravanismo do Alentejo e Ribatejo, € 26.266,80 na Requalificação da Vedação do Polidesportivo de Chança, € 5.286,27 na



revisão de preços da obras de Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e largo de Santa Catarina em Alter do Chão, € 25.630,79 na Conservação do Chafariz da Praça da República em Alter do Chão, € 13.783,75 referentes ao último pagamento da Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000 e € 28.085,46 na requalificação do piso do polidesportivo de Chança.

Material de transporte regista uma diminuição relativamente ao ano anterior, 30,34%. A verba reporta-se à aquisição e manutenção de veículos e máquinas. Foi adquirido trator no valor de € 56.500,00. Nesta rubrica foram ainda gastos € 26.397,14 na reparação de veículos municipais.

Na classificação de **maquinaria e equipamento** registou-se uma redução de 38,66%. Inclui-se aqui despesa em material informático que no ano 2020 atingiu € 10.599,13 e equipamento básico € 35.723,88 (aquisição de um corta relva, aquisição de uma grade de discos, reparação de uma motoniveladora, aquisição de um bebedouro, entre outros).

Na rubrica denominada **outros investimentos** registou-se uma redução de 81,26%. Foram adquiridos oleões de superfície.

Na **locação financeira** não houve qualquer pagamento uma vez o último processo em vigor foi concluído em 2018.

No que respeita às **transferências para as freguesias**, não se verificou qualquer pagamento, uma vez que não existe qualquer protocolo de cooperação em vigor ao nível das transferências em capital.

As **transferências para instituições sem fins lucrativos** regista um aumento do valor relativamente ao ano anterior em 49,42%, € 158.909,42. Foram transferidos € 25.000,00 para a Associação Centro de Apoio à Terceira Idade de Santo Estevão, € 25.000,00 para a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda, € 37.500,00 para o Grupo Social de Cunheira (sendo que € 12.500,00 dizem respeito ao ano 2019 que só foram transferidos em 2020 por falta de entrega de documentação) e € 25.000,00 para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão. Este valor foi transferido nos termos do Despacho n.º93/2020, de 7 de julho, ratificado pela deliberação n.º 133, de 15 de julho e deliberação n.º 199, de 04 de novembro de 2020. Para esta última IPSS's foi ainda transferido o valor de € 41.409,42, nos termos do protocolo celebrado para apoiar a ampliação da Unidade de Trabalhos Continuados. Foi ainda atribuído um apoio financeiro de € 5.000,00 à Paróquia de Nossa Senhora d'Assumpção para apoio na pintura e reparação de fachadas de igrejas, conforme deliberação n.º 183 de 07 de outubro de 2020.



Nas **outras transferências de capital** contabiliza-se as verbas pagas pela comparticipação do município nas candidaturas promovidas pela CIMAA, conforme quadro 10 constante na página 21.

Os **ativos financeiros** no valor de € 5.684,11 respeitam ao valor que o Município tem que entregar ao Estado, no âmbito do FAM (Fundo de Apoio Municipal). O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho). Este valor sofreu um reajustamento para menos em 2018, 2019 e 2020.

Na **amortização de empréstimos** o valor é ligeiramente inferior ao do ano anterior, € 136.996,73.

**5.5 – Saldo para a gerência seguinte****Quadro 26 – Fluxos de caixa**

Caixa e seus equivalentes no início do período		937 168,41
Saldo da gerência anterior		937 168,41
Execução orçamental	776 060,87	
Operações de tesouraria	161 107,54	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 563 242,31
Saldo para a gerência seguinte		1 563 242,31
Execução orçamental	1 403 856,80	
Operações de tesouraria	159 385,51	

O quadro anterior mostra-nos o valor que transitou de 2019 para 2020, € 937.168,41, separado por execução orçamental e operações de tesouraria, estas últimas correspondem a valores recebidos ou retidos para entregar a terceiros, nomeadamente, ao Estado.

Por fim, é apresentado o saldo para a gerência seguinte, no valor de € 1.563.242,31, conforme consta na conta de disponibilidades do balanço.

5.6 – Indicadores de gestão

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Quadro 27 – Indicadores de gestão (Receita)

Indicadores de Gestão	2016		2017		2018		2019		2020	
1 <u>Receita Própria</u>	1 520 642,07		1 400 618,89		1 533 742,66		1 584 231,72		1 697 345,56	
Receita Total	6 362 755,33	23,9%	6 898 132,67	20,3%	7 297 041,71	21,0%	7 646 535,70	20,7%	8 083 924,82	21,0%
2 <u>Impostos Diretos</u>	338 171,08		364 385,98		487 490,20		435 751,64		438 698,96	
Receita Total	6 362 755,33	5,3%	6 898 132,67	5,3%	7 297 041,71	6,7%	7 646 535,70	5,7%	8 083 924,82	5,4%
3 <u>Vendas de Bens e Serviços</u>	670 889,03		707 757,37		770 135,94		779 448,56		799 365,64	
Receita Total	6 362 755,33	10,5%	6 898 132,67	10,3%	7 297 041,71	10,6%	7 646 535,70	10,2%	8 083 924,82	9,9%
4 <u>FEF</u>	4 056 377,00		4 182 206,00		4 234 600,00		4 495 323,00		4 900 998,82	
Receita Total	6 362 755,33	63,8%	6 898 132,67	60,6%	7 297 041,71	58,0%	7 646 535,70	58,8%	8 083 924,82	60,6%
5 <u>Fundos Comunitários</u>	222 400,49		570 078,47		769 310,68		462 894,93		578 169,88	
Receita Total	6 362 755,33	3,5%	6 898 132,67	8,3%	7 297 041,71	10,5%	7 646 535,70	6,1%	8 083 924,82	7,2%
6 <u>Pessoal</u>	2 523 457,31		2 544 615,37		2 634 675,80		2 758 426,26		2 681 280,90	
FEF Corrente	3 662 492,00	68,9%	3 774 983,00	67,4%	3 823 242,00	68,9%	3 784 293,00	72,9%	4 063 545,82	66,0%
7 <u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	1 838 311,01		1 853 722,16		1 730 553,76		2 018 495,79		1 721 389,26	
FEF Corrente	3 662 492,00	50,2%	3 774 983,00	49,1%	3 823 242,00	45,3%	3 784 293,00	53,3%	4 063 545,82	42,4%
8 <u>Transferências para as Freguesias</u>	30 000,00		64 000,00		34 138,50		40 000,00		40 000,00	
FEF Corrente	3 662 492,00	0,8%	3 774 983,00	1,7%	3 823 242,00	0,9%	3 784 293,00	1,1%	4 063 545,82	1,0%
9 <u>Juros +Amortizações</u>	182 527,37		146 212,21		148 914,78		143 512,32		137 938,69	
FEF Corrente	3 662 492,00	5,0%	3 774 983,00	3,9%	3 823 242,00	3,9%	3 784 293,00	3,8%	4 063 545,82	3,4%
10 <u>Investimentos</u>	323 620,16		1 026 775,60		1 271 391,34		1 138 126,05		1 652 693,77	
FEF Capital	393 885,00	82,2%	407 223,00	252,1%	411 358,00	309,1%	711 030,00	160,1%	837 453,00	197,3%



Pela observação do quadro verificamos que o peso da **Receita Própria** na Receita Total aumentou ligeiramente.

O peso dos **impostos diretos** na receita total diminuiu ligeiramente em relação ao ano anterior, o que ficou a dever-se ao ligeiro aumento da receita dos impostos diretos face a um aumento considerável da Receita Total.

A receita de **venda de bens e serviços** manteve quase inalterado o peso na receita total, o que pode ser explicado pelo aumento da receita da venda de água e do saneamento e, em simultâneo, o aumento da receita total.

No que respeita ao peso do **FEF** na receita total, este aumento face ao ano anterior, as duas componentes do indicador aumentaram consideravelmente.

O valor recebido por parte dos **fundos comunitários** foi superior ao recebido em 2019 em € 115.274,95. O peso da receita das candidaturas é consideravelmente inferior no total da receita, ou seja, o município conseguiu arrecadar outro tipo de receitas que não os fundos comunitários.

As **despesas com pessoal** registam uma redução do peso no FEF corrente, por um lado, porque as despesas com pessoal diminuíram em € 77.145,36 e, por outro lado, o FEF corrente diminuiu em € 279.252,82. O valor do FEF corrente é mais do que suficiente para pagar as despesas com pessoal.

A despesa em **aquisição de bens e serviços** reduziu em € 297.106,53 e, em contrapartida, o valor do FEF corrente aumentou, mas em € 279.252,82, originando uma redução do rácio. Assim, o peso da despesa em aquisição de bens e serviços foi o mais baixo dos últimos cinco anos, representando também um menor peso no FEF corrente.

Relativamente ao peso dos **juros e amortizações** no FEF corrente o valor reduziu ligeiramente em relação ao ano anterior. O que se justifica pelo facto de não contratação de empréstimos ao longo destes últimos anos e da redução da taxa de juro.

No que respeita ao peso do **investimento** no FEF de capital, este registou um aumento considerável, por um lado pelo aumento de execução de obras e projetos, por outro lado, pelo aumento do FEF de capital em € 126.42300, resultado também do fim da suspensão da aplicação do artigo 35.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que vigorava desde 2016.

**Quadro 28 – Indicadores de gestão (Despesa)**

Indicadores de Gestão	2016		2017		2018		2019		2020	
1 <u>Receita Total</u>	6 362 755,33		6 898 132,67		7 297 041,71		7 646 535,70		8 083 924,82	
Despesa Total	5 751 394,68	110,6%	6 278 446,58	109,9%	6 386 945,26	114,2%	6 870 792,27	111,3%	6 680 068,02	121,0%
2 <u>Pessoal</u>	2 523 457,31		2 544 615,37		2 634 675,80		2 758 426,26		2 681 280,90	
Despesa Total	5 751 394,68	43,9%	6 278 446,58	40,5%	6 386 945,26	41,3%	6 870 792,27	40,1%	6 680 068,02	40,1%
3 <u>Remunerações Certas e Permanentes</u>	1 899 882,57		1 918 554,15		2 020 176,01		2 133 960,96		2 067 631,18	
Despesa Total	5 751 394,68	33,0%	6 278 446,58	30,6%	6 386 945,26	31,6%	6 870 792,27	31,1%	6 680 068,02	31,0%
4 <u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	1 838 311,01		1 853 722,16		1 730 553,76		2 018 495,79		1 721 389,26	
Despesa Total	5 751 394,68	32,0%	6 278 446,58	29,5%	6 386 945,26	27,1%	6 870 792,27	29,4%	6 680 068,02	25,8%
5 <u>Transferências para as Freguesias</u>	30 000,00		64 000,00		34 138,50		40 000,00		40 000,00	
Despesa Total	5 751 394,68	0,5%	6 278 446,58	1,0%	6 386 945,26	0,5%	6 870 792,27	0,6%	6 680 068,02	0,6%
6 <u>Investimento</u>	323 620,16		1 026 775,60		1 271 391,34		1 138 126,05		1 652 693,77	
FEF Capital	393 885,00	82,2%	407 223,00	252,1%	411 358,00	309,1%	711 030,00	160,1%	837 453,00	197,3%
7 <u>Fundos Comunitários</u>	222 400,49		570 078,47		769 310,68		462 894,93		578 169,88	
Investimento	323 620,16	68,7%	1 026 775,60	55,5%	1 271 391,34	60,5%	1 138 126,05	40,7%	1 652 693,77	35,0%
8 <u>Receita Própria</u>	1 520 642,07		1 400 618,89		1 533 742,66		1 584 231,72		1 697 345,56	
Despesas de Funcionamento	2 121 501,58	71,7%	1 945 458,38	72,0%	1 865 843,75	82,2%	2 405 551,74	65,9%	1 773 779,74	95,7%

O indicador que nos mostra a **cobertura das despesas totais pelas receitas totais** regista um aumento de 9,7% relativamente a 2019, ou seja, as receitas cobrem as despesas totais do município.

O peso das **despesas com pessoal** na despesa total mantém-se relativamente ao ano anterior, o que fica a dever-se ao facto de os dois membros da equação terem diminuído, mas não na mesma proporção, assim, a despesa com pessoal diminuiu € 77.145,36 e a despesa total diminuiu € 190.724,25.

O peso das **remunerações certas e permanentes** na despesa total manteve-se inalterado, embora o valor das remunerações certas e permanentes tenha diminuído € 66.329,78 relativamente a 2019, também a despesa diminuiu.

A **aquisição de bens e serviços** diminuiu consideravelmente. Este fator conjugado com a diminuição da despesa total apresenta um indicador com um valor inferior ao ano anterior.

O **investimento** feito pelo Município registou um aumento significativo relativamente a 2019, originando o aumento do indicador para os 197,3%, embora o FEF de capital tenha aumentado, conforme já anteriormente mencionado. Os fundos recebidos através das transferências do Estado não são suficientes para englobar o valor do investimento. O investimento foi feito através de fundos comunitários e outras receitas próprias.

O valor dos **fundos comunitários** representa 35,0% do total do investimento. O valor da receita recebida através dos fundos comunitários aumentou, € 115.274,95, mas o investimento



também aumentou em € 514.567,72, pelo que o valor do indicador regista uma redução, ou seja, o município consegue investir para além dos fundos comunitários que recebe.

No último indicador verifica-se que a **Receita Própria** do Município não é suficiente para cobrir as despesas de funcionamento, estas últimas diminuíram o seu valor relativamente ao ano anterior. O indicador aumentou 29,8% e regista o valor mais alto dos últimos cinco anos, ou seja, melhorou o grau de cobertura das despesas de funcionamento através das receitas próprias do município. Este indicador ao registar o valor de 95,7% diz-nos que o município está a 4,3% de conseguir pagar as despesas de funcionamento com a receita própria. As despesas de funcionamento são as despesas que o Município tem de suportar com a sua estrutura fixa, não incluindo a despesa com pessoal.

6 – Investimento

6.1 – Estrutura do investimento

Quadro 29 – Distribuição do Investimento por rubrica

	Valor	%
Edifícios - Instalações desportivas e recreativas	887 194,34 €	53,68%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	261 428,41 €	15,82%
Edifícios - Outros	151 042,19 €	9,14%
Material de transporte - Outro	82 897,14 €	5,02%
Instalações desportivas e recreativas	58 608,06 €	3,55%
Viação rural	49 474,54 €	2,99%
Construções diversas - Outros	47 599,10 €	2,88%
Equipamento básico - Outro	35 723,88 €	2,16%
Sinalização e trânsito	22 120,00 €	1,34%
Habitação - Reparação e beneficiação	15 468,58 €	0,94%
Outros investimentos	15 316,38 €	0,93%
Iluminação pública	9 948,84 €	0,60%
Equipamento informático	9 921,13 €	0,60%
Ferramentas e utensílios	4 358,80 €	0,26%
Equipamento administrativo	914,38 €	0,06%
Software	678,00 €	0,04%
Investimento Total	1 652 693,77 €	100%

A rubrica de maior investimento é **Edifícios - Instalações Desportivas e Recreativas** com € 887.194,34, correspondendo a 53,68% do investimento, o qual respeita na sua maioria a duas empreitadas: Requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo em Alter do Chão com € 322.794,97 e Requalificação do Edifício do Cineteatro com € 509.742,61.

Aparece a seguir a rubrica **Viadutos, arruamentos e obras complementares** com € 261.428,41 e um peso de 15,82% no investimento, onde se enquadra a despesa referente à empreitada de Requalificação da Antiga E.N. 369 na Entrada Sul de Alter do Chão e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide, com um pagamento no montante de € 34.854,39, a Repavimentação da Rua do Castelo em Seda, no valor de € 51.588,35, a empreitada de Construção de Áreas Pedonais na Entrada Poente de Alter do Chão, no valor de € 119.594,49, a Criação e Dinamização da Rede e Infraestruturas para o Autocaravanismo do Alentejo e Ribatejo, no valor de € 32.616,93.

Na rubrica **Edifícios – Outros** com 9,14% do total de investimento conta com o valor de € 151.042,19. A totalidade da verba respeita à empreitada de Reconversão do Edifício do Chafariz Renascentista.



A seguir aparece **Material de Transporte**, € 82.897,14, com 5,02% do valor total do investimento. O valor respeita à aquisição de um trator por € 56.500,00, à reparação do Dumper Astel C-819 e do Dumper Astel C-1012, € 10.933,93, à reparação e manutenção do autocarro Scania, € 8.771,17 e à reparação do Dumper Astel chapa 132, € 6.139,46.

De seguida, com um peso de 3,55% aparece a rubrica **Instalações Desportivas e Recreativas** com o valor de € 58.608,06. Neste valor enquadra-se a Requalificação do Polidesportivo de Chança (€ 26.266,80 referente à vedação, € 26.211,68 referente ao piso e € 4.255,80 referente ao deck).

Depois aparece a rubrica **Viação Rural** com um investimento de € 49.474,54, correspondendo a 2,99% do investimento. A quase totalidade do valor respeita à empreitada de “Pavimentação da antiga E.N. 369 entre o Km 18 e o cruzamento com a E.M. 538 em Alter do Chão. Esta obra foi adjudicada à firma Senpapor pelo valor de € 47.992,18.

Depois temos **Construções Diversas – Outros** com € 47.599,10, correspondendo a 2,88% do investimento. Este valor respeita à verba gasta na aquisição de cartografia numérica à escala 1:10.000, à conservação e valorização luminotécnica do Chafariz da Praça da República em Alter do Chão.

A rubrica seguinte com maior peso é **Equipamento Básico – Outro**, com € 35.723,88 e um peso de 2,16%. A verba representa a aquisição de uma corta relva, reparação motoniveladora Komatsu, aquisição de uma grade de discos Galucho, entre outros.

Na rubrica **Sinalização e Trânsito** regista-se um valor de investimento de € 22.120,00 que representa 1,34%. Este valor respeita à sinalização horizontal efetuada em vários arruamento e aquisição de sinais de trânsito.

O gráfico seguinte permite uma visualização diferente do quadro 29 e do que atrás fica escrito.

Gráfico 17 – Investimento por rubrica


6.2 – Evolução do investimento

Quadro 30 – Investimento bruto e investimento líquido

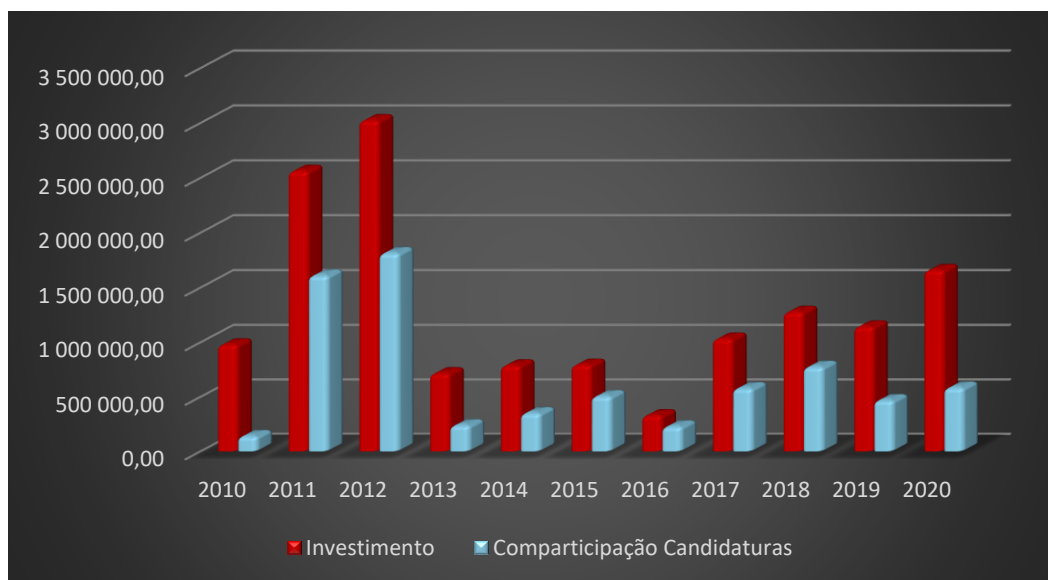
Ano	Investimento Bruto	Investimento Líquido	Investimento Líquido/ Investimento Bruto
2009	1 290 442,06	424 295,80	32,88
2010	973 264,41	947 202,01	97,32
%	-24,58	123,24	---
2011	2 555 444,89	793 905,76	31,07
%	162,56	-16,18	---
2012	3 017 415,15	1 209 263,94	40,08
%	18,08	52,32	---
2013	708 921,71	475 945,59	67,14
%	-76,51	-60,64	---
2014	780 754,33	369 705,71	47,35
%	10,13	-22,32	---
2015	786 960,79	287 034,68	36,47
%	0,79	-22,36	---
2016	323 620,16	101 219,67	31,28
%	-58,88	-64,74	---
2017	1 026 775,60	454 333,30	44,25
%	217,28	348,86	---
2018	1 271 391,34	502 080,66	39,49
%	23,82	10,51	---
2019	1 138 126,05	675 231,12	59,33
%	-10,48	34,49	---
2020	1 652 693,77	1 074 523,89	65,02
%	45,21	59,13	---

Nota: Investimento Líquido = Investimento bruto - Empréstimos - Fundos Comunitários ou nacionais.

A partir do quadro anterior verificamos que o investimento regista grandes oscilações muito em função das verbas dos quadros comunitários. Assim, 2013 foi o último ano do QREN e o valor dos fundos comunitários foi apenas de € 232.900. 2014 foi o primeiro ano do Portugal 2020, mas as verbas recebidas, € 344.000 ainda diziam respeito ao QREN, pois não houve candidaturas ao novo quadro comunitário. Em 2015 continuou a ser um ano de preparação do quadro comunitário com muito pouco investimento e as verbas recebidas ainda eram referentes a candidaturas do quadro anterior. A situação repete-se em 2016, o quadro comunitário continua muito incipiente, tendo sido recebida a comparticipação de uma candidatura do Portugal 2020, “Festival Romano – III LVDI ABELTERIENSIS”, € 48.306,74. Em 2017, finalmente, começámos a ver andamento no Quadro Comunitário Portugal 2020. Foram sendo aprovadas candidaturas que vieram a gerar entrada de receita na autarquia no valor de € 570.078,47, o que permitiu o desenvolver de projetos e obras que estão representadas também no valor de investimento de € 1.026.775,60. Em 2018, o valor recebido dos fundos comunitários foi de € 769.310,68, o que levou a um investimento de € 1.271.391,34. No ano 2019 o valor recebido dos fundos comunitários ficou pelos € 462.894,93 para um investimento de € 1.138.126,05.

Em 2020 o valor recebido decorrente das comparticipações das candidaturas foi de € 578.169,88, o que ajudou a que o valor do investimento subisse para € 1.652.693,77.

Gráfico 18 – Evolução do Investimento Bruto (2010-2020)





7 – Apoios comunitários

O quadro abaixo mostra, relativamente às candidaturas efetuadas, os montantes já recebidos e a proveniência dessa mesma receita. O valor recebido em 2020 foi € 578.169,88.

Quadro 31 – Valores recebidos por candidatura

Designação	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER/FEADER /FC		
			Aprovado	Recebido	A Receber
Requalificação do Largo João Lopes Namorado, Largo das Escolas e Reconversão Do edifício da antiga escola em "Escola de Tradições e Sabores" - Alter Pedroso	363 824,53	341 675,03	290 423,78	278 872,84	11 550,94
Requalificação do Largo Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina em Alter do Chão	144 640,18	134 905,22	114 669,44	108 935,97	5 733,47
Requalificação do Jardim do Álamo em Alter do Chão	330 260,02	311 566,06	264 831,15	232 933,83	31 897,32
Reconversão de Edifício para Centro Histórico da Vila de Alter do Chão	184 836,20	174 373,77	148 217,70	132 299,60	15 918,10
Alteração do Edifício sito no Largo do Município, N.º 3 e 4 para Espaço do Cidadão	275 517,42	88 995,20 €	65 433,02 €	0,00 €	65 433,02
Requalificação da antiga EN 369 na entrada sul de Alter do Chão e construção de rotunda no entroncamento para Cabeço de Vide	369 480,79	349 012,07	296 660,26	283 721,42	12 938,84
Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento	85 225,79	79 557,39	67 623,78	64 242,60	3 381,18
Construção de Paragens para Transportes Públicos	29 680,21	28 000,20	23 800,17	23 800,17	0,00
Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança	370 324,44	336 404,19	285 943,56	277 543,85	8 399,71
Melhoria das condições de Mobilidade e Acessibilidade Pedonal no Centro da Vila de Alter do Chão	308 698,09	289 348,20	245 945,97	9 945,00	236 000,97
Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago em Alter do Chão	327 381,85	161 456,17	137 237,74	19305,4	117 932,34
Construção de Áreas Pedonais na Entrada Poente de Alter do Chão	125 129,50	79 241,16	67 354,99	63987,24	3 367,75
Festival Romano - III LVDI ABELTERIENSIS	115 628,84	108 854,43	86 339,01	84 119,46	2 219,55
O Cavalo e a arte em Alter	56 762,82	48 506,24	41 230,30	41 230,26	0,04
Promoção Turística do Concelho de Alter do Chão	106 518,00	86 600,00	73 610,00	69 929,50	3 680,50
Cineteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital	541 287,86	501 674,67	426 423,47	405 108,39	21 315,08
Requalificação do Cineteatro de Alter do Chão - Eficiência Energética	282 510,25	247 821,64	123 910,82	117 715,28	6 195,54



Melhoria da Eficiência Energética do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão	183 273,25	172 899,29	77 804,68	73914,45	3 890,23
Melhoria da Eficiência Energética do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão - candidatura suplementar	2 582,63	2 099,70	1 784,75	0	1 784,75
Eficiência Energética na Iluminação Pública e Decorativa do Município de Alter do Chão	237 951,93	224 482,95 €	213 258,80 €	0,00 €	213 258,80
Substituição de Fibrocimento da Escola Básica e Secundária Padre José Agostinho Rodrigues	125 879,29	118 754,05 €	118 754,05 €	0,00 €	118 754,05
Reabilitação do Bairro Social da Cunheira - Eficiência Energética	306 458,66	289 111,94	245 745,15	0	245 745,15
Reabilitação do Bairro Social da Cunheira	696 294,93	656 882,01	558 349,71	0	558 349,71
Requalificação de Habitação Social na Vila de Alter do Chão	95 294,00	89 900,00 €	76 415,00 €	0,00 €	76 415,00
Valorização da Fontinha/Chafariz da Praça da República em Alter do Chão	31 762,35	29 165,00	24 790,25	23550,75	1 239,50
Valorização do Castelo de Alter do Chão	95 400,00	90 000,00 €	76 500,00 €	0,00 €	76 500,00
Estágio Pepal	9 986,40	9 986,40	8 488,44	1167,16	7 321,28
Requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão	317 997,30	299 997,45	93 990,29	93 990,29	0,00
Construção de ETAR Compacta em Alter Pedroso	115 872,27	109 313,46	92 916,44	92 916,44	0,00
Paços do Concelho - Substituição de iluminação	1 230,11	1 000,09	800,07	800,07	0,00
Alter CulturFest 2018	4 500,00	4 500,00	4 500,00	4 500,00	0,00
Alter International Horse Summit 2019	385 589,70	381 263,57	266 884,50	122 933,50	143 951,00
Criação e Dinamização da Rede de Infraestruturas para o Autocaravanismo do Alentejo e Ribatejo	88 673,16	88 256,54	61 779,58	0	61 779,58
Implementação de uma Rede Wi-Fi no Centro Histórico/Espaço Público na Vila de Alter do Chão	56 580,00	45 500,00	40 950,00	40 950,00	0,00
Nissan Leaf	30 504,00 €	24 800,00 €	12 000,00 €	0,00 €	12 000,00
Renault Kangoo	29 323,20 €	23 840,00 €	12 000,00 €	0,00 €	12 000,00
Estudo Biorresíduos	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00
Valores Totais	6 837 859,97	6 034 744,09	4 752 366,87	2 673 413,47	2 078 953,40

Neste quadro estão as candidaturas que foram submetidas e que estão a decorrer ou já concluídas.

No quadro 32 estão todas as candidaturas submetidas no atual quadro comunitário.



No âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020 (2014 - 2020), **até final de 2020**, foram submetidas trinta e sete candidaturas, representando um **investimento total de € 6.837.859,97**, ao qual corresponde um **investimento elegível de € 6.034.744,09**, uma **comparticipação de € 4.752.366,87**, suportando o município o valor de **€ 1.544.794,70**.

Para melhor visualizar o conjunto de ações/projetos já candidatados, embora já tenham sido mencionados no ponto 4. Execução das Grandes Opções do Plano, apresenta-se um conjunto de três quadros, onde, de forma separada, se enumeram as **candidaturas efetuadas pelo município**, as candidaturas **efetuadas pela CIMAA** e pela **AREANATEjo**, os valores envolvidos em termos de despesa e as respetivas participações:



Quadro 32 – Candidaturas Portugal 2020

Município	Designação	Código	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER/FEADER /FC		Valor Município	Observações SDLP		
					Aprovado	Recebido				
Alentejo 2020	PARU	Requalificação do Largo João Lopes Namorado, Largo das Escolas e Reconu. Do edif. da antiga escola em "Escola de Tradições e Sabores" - Alter Pedroso	ALT20-08-2316-FEDER-000012	363 824,53	341 675,03 €	290 423,78 €	278 872,84 €	73 400,75 €	Candidatura encerrada (empreitada 331 975,03 + projeto: 9 700,00€)	
		Requalificação do Largo Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina em Alter do Chão	ALT20-08-2316-FEDER-000042	144 640,18	134 905,22 €	114 669,44 €	108 935,97 €	29 970,74 €	Candidatura encerrada (Empreitada 125 254,34 + projeto 9 650,88) Procedimento único com a candidatura_000014	
		Requalificação do Jardim do Álamo em Alter do Chão	ALT20-08-2316-FEDER-000044	330 260,02	311 566,06 €	264 831,15 €	232 933,83 €	65 428,87 €	Candidatura encerrada (empreitada com trabalhos a menos no valor de 3 691,68€)	
		Reconversão de Edifício para Centro Histórico da Vila de Alter do Chão	ALT20-08-2316-FEDER-000069	184 836,20	174 373,77 €	148 217,70 €	132 299,60 €	36 618,50 €	Em execução	
		Alteração do Edifício sito no Largo do Município, N.º 3 e 4 para Espaço do Cidadão	ALT20-08-2316-FEDER-000099	275 517,42	88 995,20 €	65 433,02 €	0,00 €	210 084,40 €	Em execução (elegível apenas cobertura e fachadas)	
	PAMUS	Requalificação da antiga EN 369 na entrada sul de Alter do Chão e construção de rotunda	ALT20-07-1406-FEDER-000002	369 480,79	349 012,07 €	296 660,26 €	283 721,42 €	72 820,53 €	Candidatura a encerrar (estão incluídos a aquisição dos terrenos: 10 212,46€ e Revisão de preços)	
		Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento	ALT20-07-1406-FEDER-000014	85 225,79	79 557,39 €	67 623,78 €	64 242,60 €	17 602,01 €	Candidatura encerrada (empreitada 74 292,93 + Projeto 5 264,46)Procedimento único com a Candidatura_000042	
		Construção de Paragens para Transportes Públicos	ALT20-07-1406-FEDER-000010	29 680,21	28 000,20 €	23 800,17 €	23 800,17 €	5 880,04 €	Candidatura encerrada	
		Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança	ALT20-07-1406-FEDER-000015	370 324,44	336 404,19 €	285 943,56 €	277 543,85 €	84 380,88 €	Candidatura encerrada (empreitada 337 506,68 + projeto: 27 002,41+ Revisão de Preços:5 815,35€)	
		Melhoria das condições de Mobilidade e Acessibilidade Pedonal no Centro da Vila de Alter do Chão	ALT20-07-1406-FEDER-000033	308 698,09	289 348,20 €	245 945,97 €	9 945,00 €	62 752,12 €	Em execução (Projeto:11 700,00€)	
		Requalificação do Percorso Urbano Histórico e Caminho de Santiago em Alter do Chão	ALT20-07-1406-FEDER-000032	327 381,85	161 456,17 €	137 237,74 €	19 305,40 €	190 144,11 €	Em execução (Projeto: 4 495,00€)	
		Construção de Áreas Pedonais na Entrada Poente de Alter do Chão	ALT20-07-1406-FEDER-000042	125 129,50	79 241,16 €	67 354,99 €	63 987,24 €	57 774,51 €	Candidatura encerrada (Projeto: 4 500,00€)	
		Festival Romano - III LVDI ABELTERIENSIS	ALT20-08-2114-FEDER-000017	115 628,84	108 854,43 €	86 343,35 €	84 119,46 €	29 285,49 €	Candidatura encerrada	
	O Cavalo e a arte em Alter do Chão	ALT20-08-2114-FEDER-000139	56 762,82	48 506,24 €	41 230,30 €	41 230,26 €	15 532,52 €	Candidatura encerrada		
	Promoção Turística do Concelho de Alter do Chão	ALT20-08-2114-FEDER-000134	106 518,00	86 600,00 €	73 610,00 €	69 929,50 €	32 908,00 €	Candidatura encerrada		
	Cineteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital	ALT20-08-2114-FEDER-000108	541 287,86	501 674,67 €	426 423,47 €	405 108,39 €	114 864,39 €	Candidatura encerrada		
	Requalificação do Cineteatro de Alter do Chão - Eficiência Energética	ALT20-07-1203-FEDER-000043	282 510,25	247 821,64 €	123 910,82 €	117 715,28 €	158 599,43 €	Candidatura encerrada		
	Melhoria da Eficiência Energética do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão	ALT20-07-1203-FEDER-000135	183 273,25	172 899,29 €	77 804,68 €	73 914,45 €	105 468,57 €	Candidatura encerrada		
	Melhoria da Eficiência Energética do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão - Cand. Complementar	ALT20-07-1203-FEDER-000136	2 582,63	2 099,70 €	1 784,75 €	0,00 €	797,88 €	Por executar		
	Eficiência Energética na Iluminação Pública e Decorativa do Município de Alter do Chão	ALT20-07-1203-FEDER-000187	237 951,93	224 482,95 €	213 258,80 €	0,00 €	24 693,13 €	Em execução (FEDER reembolsável)		
	Substituição de Fibrocimento da Escola Básica e Secundária Padre José Agostinho Rodrigues	ALT20-02-5673-FEDER-000126	125 879,29	118 754,05 €	118 754,05 €	0,00 €	7 125,24 €	A executar em julho (Taxa FEDER 100%)		
	EE Bairros sociais	Reabilitação do Bairro Social da Cunheira - Eficiência Energética	ALT20-07-1204-FEDER-000009	306 458,66	289 111,94 €	245 745,15 €	0,00 €	60 713,51 €	Em execução	
	PAICD - Bairros Sociais	Reabilitação do Bairro Social da Cunheira	ALT20-06-4943-FEDER-000016	696 294,93	656 882,01 €	558 349,71 €	0,00 €	137 945,22 €	Em execução	
		Requalificação de Habitação Social na Vila de Alter do Chão	ALT20-06-4943-FEDER-000046	95 294,00	89 900,00 €	76 415,00 €	0,00 €	18 879,00 €	Candidatura aprovada/março 2021	
	LEADERSOR	Valorização da Fontinha/Chafariz da Praça da República em Alter do Chão	ALT20-06-5141-FEDER-001108	31 762,35	29 165,00 €	24 790,25 €	23 550,75 €	6 972,10 €	Candidatura encerrada	
		Valorização do Castelo de Alter do Chão	ALT20-06-5141-FEDER-001157	95 400,00	90 000,00 €	76 500,00 €	0,00 €	18 900,00 €	Candidatura a submeter	
	PEPAL	Estágio PEPAL	ALT20-05-3118-FSE-000043	9 986,40	9 986,40 €	8 488,44 €	1 167,16 €	1 497,96 €	Candidatura encerrada	
	DGAL	Programa BEM	Requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo de Alter do Chão	Contrato Programa	317 997,30	299 997,45 €	93 990,29 €	93 990,29 €	224 007,01 €	Candidatura encerrada
	PO SEUR	PI 6.2	Construção de ETAR Compacta em Alter Pedroso	POSEUR-03-2012-FC-000221	115 872,27	109 313,46 €	92 916,44 €	92 916,44 €	22 955,83 €	Candidatura encerrada
	FEE	Aviso 21	Paços do Concelho - Substituição de Iluminação	FEE - Aviso 21	1 230,11	1 000,09 €	800,07 €	800,07 €	430,04 €	Candidatura encerrada
	TP	365 Alentejo Ribatejo	Alter CulturFest 2018	Turismo do Alentejo	4 500,00	4 500,00 €	4 500,00 €	4 500,00 €	0,00 €	Candidatura encerrada
			Feira de S. Marcos/Festa do Cavalo/Feira Agropecuária da EPDRAC 2019	Turismo do Alentejo	4 000,00	4 000,00 €	2 426,44 €	2 426,44 €	0,00 €	Apoio para a divulgação do evento. Candidatura submetida a 28/12/2018
		Valorização Turística do Interior	Alter International Horse Summit 2019	P069318	385 589,70	381 984,59 €	266 884,50 €	122 933,50 €	118 705,20 €	Em execução
Criação e dinamização da Rede de Infraestruturas para o Autocaravanismo do Alentejo e Ribatejo			P064618	88 673,16	88 256,54 €	61 779,58 €	0,00 €	26 893,58 €	Em execução	
Redes Wi-Fi	Implementação de uma Rede Wi-Fi no Centro Histórico/Espaço Público na Vila de Alter do Chão	Turismo Portugal-Linha de Apoio Disponibilização de Redes Wi-Fi	56 580,00 €	45 500,00 €	40 950,00 €	40 950,00 €	15 630,00 €	Candidatura encerrada		
Fundo Ambiental	Mobilidade elétrica Biorresíduos	Nissan Leaf		30 504,00 €	24 800,00 €	12 000,00 €	0,00 €	18 504,00 €	Por executar	
		Renault Kangoo		29 323,20 €	23 840,00 €	12 000,00 €	0,00 €	17 323,20 €	Por executar	
		Estudo Biorresíduos	N.º 70	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €	Em execução	
Valores Totais			6 841 859,97	6 039 465,11	4 754 797,65	2 675 839,91	2 085 488,76			



CIMAA		Designação	Código	Investimento Elegível	Faturado	Valor Município	Observações SDLP
POSEUR	PI 6.2	Cadastro das Infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de AA e de SAR	POSEUR	744 378,00		7 209,40	Candidatura Aprovada Em execução
	PI 5.2	Plano Municipal de Emergência	POSEUR	195 224,00		2 269,35	Candidatura submetida a 2-08-2016 (aprovada em dez 2016) Executado
ALENTEJO 2020	Alentejo 2020	Plano de Ação de mobilidade Urbana do Alto Alentejo	ALT20-	68 880,01		504,68	Candidatura Aprovada Plano de Ação Executado
		Gestão, Dinamização, Coordenação e avaliação de Consórcio da EEC do Provere	ALT20-	371 237,54		3 412,03	Aprovada
		Rede de promoção do Sucesso Educativo	ALT20-	680 909,10		2 472,41	Aprovada Em execução
Valores Totais				2 060 628,65	0,00	0,00	15 867,87

AREANATEJO		Designação	Código	Investimento Elegível	Faturado	Valor Município	Observações SDLP
Eficiência Energética	Plataforma Conhecer e Agir	Plataforma Conhecer e Agir		30 500,00		0,00	100% financiado Executado
	POCTEP	Regul-IP - Sistemas com Regulação do Fluxo Luminoso na Iluminação Pública		6 923,08		1 592,31	Candidatura Aprovada Executado
	MED	EduFootprint - Escolas com baixa pegada de carbono		124 110,00		5 361,65	Candidatura Aprovada Executado
		STEPPING - Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Contratos de Performance de Energia		160 130,40		6 729,05	Candidatura Aprovada Executado
	NA	Elaboração de Matrizes Energéticas Municipais para a Sub-região do Alto Alentejo		30 000,00		500,00	Executado
Valores Totais				351 663,48	0,00	0,00	14 183,01

**8 – Empréstimos****Quadro 33 – Empréstimos**

Designação	Valor Utilizado	Dívida em 01/01/2020	Amortizações	Dívida em 31/12/2020	Juros	Total de Encargos	Anos Contratualis	Anos Decorridos	Anos que Faltam
Habitação Social (8 fogos)	160 892,25	42 518,75	7 724,43	34 794,32	14,59	7 739,02	25	22	3
Habitação Social (5 fogos)	59 471,68	14 550,60	2 593,66	11 956,94	0,00	2 593,66	27,6	22	5,6
Habitação Social (24 fogos)	434 582,90	134 411,35	20 448,85	113 962,50	524,40	20 973,25	25	19	6
4 Fogos (Antigo Lavadouro)	89 851,12	46 367,91	4 053,21	42 314,70	135,95	4 189,16	25	16	9
6 Fogos (Horta das Furnas)	120 063,67	61 636,75	5 466,81	56 169,94	114,47	5 581,28	25	16	9
Fundo de Solidariedade da União Europeia	113 924,75	4 953,25	4 953,25	0,00	0,00	4 953,25	15	15	0
Pólo da U. Évora; Remodelação do Marco Geodésico e Zona envolvente de Alter Pedroso; Jardim Público da Cunheira	586 489,00	122 185,22	48 874,09	73 311,13	89,44	48 963,53	15	14	1
Edifício da Câmara; Piscina Descoberta; Arruamentos em Chança e Arruamentos em Alter	600 000,00	171 710,04	42 882,43	128 827,61	63,11	42 945,54	15	10	5
Total	2 165 275,37	598 333,87	136 996,73	461 337,14	941,96	137 938,69			

No que respeita aos empréstimos, temos a apontar que não foi contratado qualquer empréstimo, seja de curto ou de médio/longo prazo, nos últimos dez anos.



9 – Dívida

Os limites de endividamento/dívida total têm vindo a ser sucessivamente modificados. A última alteração foi trazida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

O limite da dívida total para cada município, a partir de 2014, passou a ser apurado do seguinte modo:

A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, da respetiva lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme estipulado no n.º1 do artigo 52.º da Lei acima mencionada.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Quadro 34 – Limite da dívida

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				MÉDIA Últimos 3 anos	LIMITE (1,5) Lei das Finanças locais
2017	2018	2019	Total		
5 227 163,13 €	5 402 734,94 €	5 438 563,26	16 068 461,33 €	5 356 153,78 €	8 034 230,67 €

O limite da dívida total do Município de Alter do Chão é € 8.034.230,67, mais € 124.018,32 do que no ano de 2019.

Quadro 35 – Limite da dívida (2014-2020)

Anos	Limite da dívida (1,5)
2014	6 275 251,00
2015	6 727 835,02
2016	7 194 572,86
2017	7 716 159,08
2018	7 799 519,64
2019	7 910 212,35
2020	8 034 230,67



De 2014 até à presente data o município tem visto aumentar o limite da dívida.

Quadro 36 – Dívida total da autarquia

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição	Dívida total	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
8 034 230,67 €	01/01/2020						
	914 365,00 €	848,00 €	915 213,00 €	742 613,00 €	0,00 €	7 291 617,67 €	1 458 323,53 €
	31/12/2020						
	883 241,02 €	1 498,03 €	884 739,05 €	719 544,43 €	0,00 €	7 314 686,24 €	1 462 937,25 €
Varição da dívida				-3,11%			
Margem utilizada							-23 068,57 €
Margem disponível							1 481 392,10 €

A 31 de dezembro de 2020 o valor da dívida do Município era de € 719.544,43, menos € 23.068,57,00 do que no ano anterior, o que ficou a dever-se, em grande parte, à entrada de verbas relativas a apoios comunitários do Portugal 2020, por outro lado, ao estado de pandemia que obrigou à redução da realização de eventos, libertando desta forma verbas para pagar o normal funcionamento da autarquia.

**10 – Balanço****Quadro 37 – Balanço**

Designação	2020		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo						
Ativo não corrente	36 551 579,86	94,66	36 937 319,86	96,34	-385 740,00	-1,0%
Inventários	92 304,24	0,24	81 309,68	0,21	10 994,56	13,5%
Dívidas de Terceiros	364 995,04	0,95	372 007,42	0,97	-7 012,38	-1,9%
Disponibilidades	1 563 242,31	4,05	937 168,41	2,44	626 073,90	66,8%
Diferimentos	42 158,31	0,11	13 467,88	0,04	28 690,43	213,0%
Total do Ativo	38 614 279,76	100,00	38 341 273,25	100,00	273 006,51	0,7%
Património Líquido						
Património	32 527 289,76	84,24	32 527 289,76	84,84	0,00	0,0%
Outras variações património líquido	1 153 167,22	2,99	191 596,45	0,50	961 570,77	501,9%
Reservas	54 480,89	0,14	54 480,89	0,14	0,00	0,0%
Resultados transitados	-5 676 612,53	-14,70	-5 674 300,99	-14,80	-2 311,54	0,0%
Resultado Líquido do Exercício	-407 436,13	-1,06		0,00	-407 436,13	
Total do Património Líquido	27 650 889,21	102,04	27 099 066,11	101,02	551 823,10	2,0%
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões	200 000,00	20,60	200 000,00	18,68	0,00	0,0%
Financiamentos obtidos	328 212,71	33,80	460 560,99	43,02	-132 348,28	-28,7%
Outras contas a pagar	145 325,98	14,97	110 449,87	10,32	34 876,11	31,6%
Diferimentos	297 480,60	30,64	299 668,57	27,99	-2 187,97	-0,7%
Total	971 019,29	100,00	1 070 679,43	100,00	-99 660,14	-9,3%
Passivo corrente						
Fornecedores	39 033,66	0,39	174 765,17	1,72	-135 731,51	-77,7%
Financiamentos obtidos	133 124,43	1,33	137 772,88	1,35	-4 648,45	-3,4%
Outras contas a pagar	375 283,67	3,76	412 292,49	4,05	-37 008,82	-9,0%
Diferimentos	9 444 929,50	94,52	9 446 697,17	92,87	-1 767,67	0,0%
Total	9 992 371,26	100,00	10 171 527,71	100,00	-179 156,45	-1,8%
Total do Passivo	10 963 390,55	100,00	11 242 207,14	100,00	-278 816,59	-2,5%
Total do Património Líquido e Passivo	38 614 279,76	100,00	38 341 273,25	100,00	273 006,51	0,7%

Registamos uma redução do valor do ativo não corrente em 1,0%, ou seja, o valor do imobilizado bruto e o valor das amortizações é praticamente igual nos dois anos.

Ao nível dos inventários (existências na denominação do POCAL) verifica-se um aumento de 13,5%, pelo aumento do valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No que respeita às dívidas de terceiros, regista-se uma redução de 1,89%.

As disponibilidades do município aumentaram 66,8% relativamente ao ano anterior.

O valor das provisões mantém-se idêntico ao do ano anterior tendo em conta que não houve qualquer desenvolvimento nos processos pendentes em tribunal. O valor que se mantém nesta rubrica vai assegurar o risco relativo aos processos pendentes em tribunal e aos quais o



município poderá vir a ser condenado e ainda a dívidas existentes relativas a refeições escolares, trabalhos prestados pela autarquia e rendas de habitações e similares.

A diminuição ao nível dos Financiamentos Obtidos em 22,9% resulta da redução registada na dívida a Instituições de Crédito, a qual decorre do normal pagamento das amortizações dos empréstimos existentes.

Ao nível das “Outras Contas a Pagar” regista-se uma redução de 0,41%, ou seja, o valor é praticamente idêntico ao do que no ano anterior. Estando aqui contemplado as dívidas a terceiros, pagamentos ao Estado, pagamentos de empréstimos, cauções. Deve ainda ser apontado que se encontrava enquadrado neste valor o montante de € 5.684,11 relativos ao FAM a pagar até 2020, dívida esta imposta pelo Estado.

O município está a efetuar pagamentos a menos de trinta dias, sendo que, em termos de cálculo nos termos Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, o valor apurado para o PMP é de 6 dias.

**11 – Demonstração de Resultados****Quadro 38 – Demonstração de Resultados**

Designação	2020
	Valor
Rendimentos e gastos	
Impostos e taxas	486 999,25
Vendas	336 202,88
Prestações de serviços e concessões	372 327,38
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 183 678,08
Trabalhos própria entidade	0,00
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	-130 063,01
Fornecimentos e Serviços	-1 708 484,47
Gastos com pessoal	-2 602 179,44
Transferências Subsídios concedidos	-424 272,12
Provisões do exercício	-2 116,83
Outros rendimentos	1 011 890,89
Outros gastos	-479 535,22
Resultado antes de depreciação e gastos de financiamento	1 044 447,39
Gastos/reversões de depreciação e amortizações	-1 441 155,13
Imparidade de investimentos	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-396 707,74
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Juros e gastos similares suportados	-10 728,39
Resultado antes de impostos	-407 436,13
Imposto sobre o rendimento	0,00
Resultado líquido do período	-407 436,13

Analisando a estrutura da Demonstração de Resultados do município verificamos que a rubrica com maior expressão, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, é a das **Transferências e Subsídios Correntes Obtidos**, cujo valor mais expressivo incluído nesta componente corresponde às transferências do Estado.

A rubrica de **Outros Rendimentos** apresenta o segundo valor mais elevado € 1.011.890,89 e corresponde aos valores da alienação de habitações e participação FEDER das candidaturas executadas.

Ao nível dos **Impostos e Taxas** regista-se um aumento de 3,65% relativamente ao anterior.

Nas **Vendas** de produtos e serviços verifica-se um aumento de 8,17% em relação a 2019.

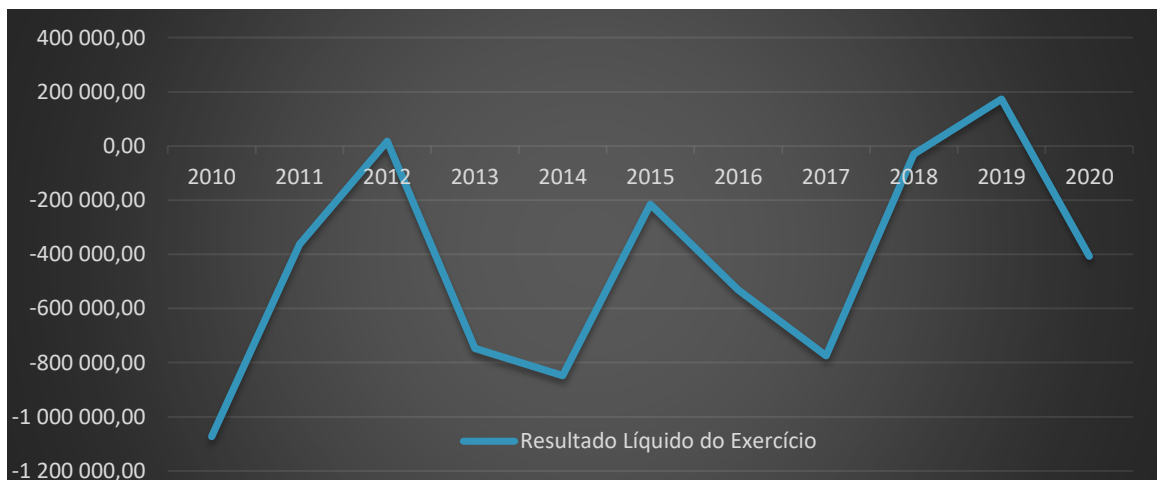
À semelhança de anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura de gastos são os **Gastos com Pessoal**, seguida pelos **Fornecimentos e Serviços**. Quando



comparados com o ano anterior, as duas rubricas registam redução, a primeira de 5,53% e a segunda de 1,83%.

O gráfico abaixo mostra a evolução do resultado líquido de exercício ao longo dos últimos dez anos.

Gráfico 19 – Evolução dos Resultados (2010-2020)





12 – Contabilidade de custos

Dando cumprimento ao estipulado por lei, nomeadamente, no SNC-AP, Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e na Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é efetuada a contabilidade de custos. Esta contabilidade é um instrumento de gestão fundamental para uma melhor aplicação dos recursos à disposição da autarquia.

Ano após ano têm sido melhorados os procedimentos contabilísticos necessários à efetivação de toda e qualquer despesa. A consolidação de uma contabilidade de custos, ou uma futura contabilidade analítica, levará a que lhe seja dada a mesma importância que já tem a contabilidade orçamental e a patrimonial. O funcionamento articulado das “três contabilidades”, para além de ser uma obrigação legal, deve ser encarado como um instrumento fundamental de apoio à gestão da autarquia possibilitando uma correta e atempada tomada de decisões.

A contabilização dos custos constitui um suporte à prestação de informação ao INE (Instituto Nacional de Estatística), à ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e à ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), entre outros.

Desta forma é apresentado, de seguida, um conjunto de mapas que evidenciam os custos afetos a diversas funções da autarquia.

Quadro 39 – Custos por função

Objetivo/ Programa	Função	2020
01	Funções Gerais	2 060 069,56
111	Administração Geral	1 935 859,82
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	124 209,74
02	Funções Sociais	2 324 055,09
211	Ensino Não Superior	151 241,39
212	Serviços Auxiliares de Ensino	68 707,67
221	Serviços Individuais de Saúde	51 031,62
232	Ação Social	235 395,71
241	Habituação	79 144,43
242	Ordenamento do Território	23 088,83
243	Saneamento	243 394,74
244	Abastecimento de Água	332 048,67
245	Resíduos Sólidos	317 711,92
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	390 513,01
251	Cultura	221 165,96
252	Desporto, Recreio e Lazer	210 611,14
03	Funções Económicas	1 151 663,83
320	Indústria e Energia	111 603,34
331	Transportes Rodoviários	969 128,10
341	Mercados e Feiras	40 415,73
342	Turismo	28 672,54
350	Outras Funções Económicas	1 844,12
04	Outras Funções	196 249,93
420	Tranferências Entre Administrações	143 603,03
430	Diversas Não Especificadas	52 646,90
	Total	5 732 038,41

A função com custos mais elevados é a **“Administração Geral”** onde estão representados os custos com as unidades e subunidades orgânicas afetas à Câmara Municipal.

A seguir aparece a função **“Transportes Rodoviários”**, depois a **“Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza”**, a seguir **“Abastecimento de Água”** e a seguir **“Resíduos Sólidos”**.

Destaca-se a seguir a composição de custos de algumas das funções.

O primeiro quadro reflete a própria composição da Câmara. Apresenta-se os custos de funcionamento dos diversos setores/divisões, os quais englobam os vencimentos dos trabalhadores, material de escritório, manutenção de equipamentos e amortização dos respetivos edifícios. Depois, numa segunda parte do quadro encontramos os custos das atividades afetas à Câmara como um todo e ainda obras por administração direta afetas também a esta função.

Quadro 40 – Administração Geral**(1.ª Parte)**

Função: 111 - Administração Geral		
Assembleia Municipal	8 661,98	358 083,05
Câmara Municipal	200 248,33	
Gabinete de Apoio à Presidência	81 657,90	
Gabinete Municipal de Protecção Civil	22 322,54	
Gabinete de Fiscalização Sanitária e Saúde Pública	19 957,08	
Comuns a todos os serviços	25 235,22	
Comuns à U.O.F.F.P.P.H.	50 590,47	251 235,31
Setor de Tesouraria	18 028,48	
Setor de Contabilidade	89 053,82	
Setor de Património Municipal e Habitação	20 575,60	
Setor de Aprovisionamento e Contratação Pública	47 555,82	
Setor de Desenvolvimento Local e Planeamento	25 431,12	
Comuns à U.O.F.A.G.E.C.D.	60 402,16	538 603,59
Setor Administrativo de Receita e Expediente	84 742,41	
Setor Informático e Manutenção	40 093,68	
Comuns ao Setor de Gestão de Recursos Humanos	72 979,42	
Setor de Ação Social e Educação	86 808,63	
Setor do Desporto	80 922,21	
Setor Cultural, Turismo, Património Hist. Arqueologi	86 203,38	451 427,87
Setor de Comunicação e Relações Públicas	26 451,70	
Comuns à U.O.F.O.U.S.U.	34 094,53	
Comuns ao Setor Obras Municipais e Serviços Urban	236 880,05	
Setor de Fiscalização	20 437,56	
Setor de Recursos Hidricos e Florestais	44 139,06	
Setor de Urbanismo e Edificação	78 355,32	
Setor de Apoio Administrativo	37 521,35	

A divisão acima apresentada mostra que os custos de funcionamento diretamente relacionados com a Câmara e Assembleia atingem € 358.083,05, a divisão financeira custa à autarquia € 251.235,31, a divisão de obras € 451.427,87 e a divisão de administração geral é a mais cara com um custo de € 538.603,59, sendo aquela à qual estão afetos mais edifícios e, logo, elevados custos de amortização dos mesmos.

**(2.ª Parte)**

Função: 111 - Administração Geral		
Festas de Verão	38 343,67	323 532,71
Eventos Comemorativos do Natal	4 866,78	
Feira de São Marcos/Festa do Cavalo	2 119,14	
Edição de Panfletos, mapas e mat. de divulgação	2 947,36	
Publicações em Órgãos de Comunicação Social	3 095,23	
Edifício dos Paços do Concelho	12 872,65	
Casa do Álamo	58 130,50	
Pólo Universitário	37 005,56	
Parque de Máquinas	121 005,02	
Edifício da Rua Almirante Azevedo Coutinho	18 999,07	
Armazém	24 147,73	

Nos valores apresentados engloba-se o valor da mão-de-obra disponibilizada nas atividades mencionadas, valor das máquinas ou viaturas utilizadas, bens adquiridos entre outros. O custo destas atividades representa metade do valor do ano anterior devido à pandemia e consequente não realização de muitas atividades.

Quadro 41 – Proteção Civil

Função: 121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	
Vigilância Móvel e 1.ª Intervenção	13 805,86
Proteção Civil-Outras ações/aquisições/fornecimentos	1 182,30
Ações de Silvicultura Preventiva	28 131,14
Associação Humanitária Bombeiros V. de Alter do Chão	74 743,30
TOTAL	117 862,60

No valor afeto à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão engloba-se o custo da “Linha Azul”, € 60.000,00, a transferência de € 2.500,00 para participação nos serviços de auditoria, bem como o custo do trabalhador do município afeto aos bombeiros.

Quadro 42 – Ensino

Função: 211 - Ensino Não Superior	
Atividades de Enriquecimento Curricular	11 713,44
EPDRAC	6 787,02
Centro Escolar	127 260,71
TOTAL	145 761,17



Função: 212 - Serviços Auxiliares de Ensino	
Pré-escolar - Transportes Escolares	13 275,55
1.º Ciclo - Transportes Escolares	12 443,98
Pré-escolar - Fornecimento de Refeições Escolares	11 645,38
1.º Ciclo - Fornecimento de Refeições Escolares	11 190,93
Ensino Secundário - Transportes Escolares	5 506,33
2º e 3º Ciclos -Transportes Escolares	14 645,50
TOTAL	68 707,67

Quanto ao quadro 42, estão afetados os custos relativos aos vencimentos dos trabalhadores adstritos ao ensino pré-primário e 1.º ciclo do ensino básico, despesas em eletricidade e telefones, amortizações dos edifícios. São também aqui refletidos os custos com os transportes escolares e alimentação. Os serviços prestados pelos motoristas e viaturas da câmara englobam as horas dos mesmos. O custo hora das viaturas é calculado considerando o combustível, a manutenção, o seguro e as amortizações.

Quadro 43 – Ação Social

Função: 232 - Ação Social	
Cartão Municipal do Idoso	24 764,60
Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior	31 650,00
Associação Centro de Apoio à Terceira Idade St.º Estevão	25 000,00
Centro Comunitário Nossa Senhora Espinheiros	25 291,34
Centro Social da Cunheira	37 500,00
APAV - Transferência em valor	2 000,00
Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão	67 968,77
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	17 400,58
Atribuição de Apoios Económicos ao 1º Ciclo	3 076,49
TOTAL	234 651,78

No que respeita à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens os custos são, na sua quase totalidade, o vencimento da técnica do município afeta à comissão.

€ 112.500,00 corresponde ao valor transferido para as quatro IPSS's do Concelho, € 25.000,00 para cada uma, sendo que a IPSS's da Cunheira recebeu um valor referente ao ano anterior.

A Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão recebeu ainda a comparticipação da obra de ampliação da Unidade de Cuidados Continuados.

**Quadro 44 – Saneamento**

Função: 243 - Saneamento	
Conservação/Reparação da rede de esgotos	20 617,11
Desobstrução de coletores de esgoto	12 892,26
Desobstrução de fossas e coletores a particulares	1 337,70
ETARes	12 830,40
Estações Elevatórias de Esgotos	2 518,40
Águas do Vale do Tejo - Recolha e tratamento de Afluentes	157 863,58
Serviços Técnicos e Administrativos - Saneamento	32 208,04
CF - ETAR Compacta de Alter Pedroso	3 127,25
TOTAL	243 394,74

O maior custo imputado a esta função é o valor do saneamento pago às Águas do Vale do Tejo, S.A., € 157.863,58. Na conservação e reparação da rede de esgotos os custos com maior impacto são os de mão-de-obra afeta ao serviço e amortizações de equipamentos.

Quadro 45 – Abastecimento de água

Função: 244 - Abastecimento de Água	
Rede de Água	62 828,71
Rombos de Água	18 940,91
Leitura de água e distribuição de recibos	2 035,99
Furos para Abastecimento Público	17 337,58
Estações Elevatórias de Água	7 762,28
Colocação de Contador de Água	2 360,56
Depósitos de Água	3 681,22
Águas do Vale do Tejo - Fornecimento de Água	173 926,70
Análise da qualidade de água e afluentes	6 743,36
Serviços Técnico e Administrativos - Água	36 428,22
TOTAL	332 045,53

Tal com na função anterior, o maior custo imputado é o do consumo de água em alta pago às Águas do Vale do Tejo, S.A., € 173.926,70.

Os custos imputados à rede de água, aos rombos, à leitura são em grande parte relativos aos funcionários afetos ao serviço e amortizações dos equipamentos.

No que se refere aos furos para abastecimento público e estações elevatórias, o custo aí imputado é, na sua maioria, relativo a eletricidade.

**Quadro 46 – Recolha de resíduos sólidos urbanos**

Função: 245 - Resíduos Sólidos	
Recolha de Monos e Aparas de Jardim	32 502,64
Recolha de Lixo	248 611,62
Recolha Seletiva	2 061,48
Recolha de Resíduos de Construção e Demolição	2 821,48
Serviços Técnico e Administrativos - Resíduos	27 735,12
TOTAL	313 732,34

Engloba-se aqui o custo relativo à recolha de resíduos sólidos pago à Valnor, S.A., a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos através da empresa SUMA,S.A. e o vencimento dos trabalhadores afetos a este serviço, bem como a amortização das viaturas de recolha de resíduos.

Quadro 47 – Proteção do meio ambiente

Função: 246 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	
Varredura de Ruas	81 838,18
Lavagem e reparação de Contentores	3 979,58
Monda Química	4 568,20
Limpeza de Bermas e Valetas de estradas municipais	16 270,95
Cemitério Municipal	20 724,64
Conservação/Manutenção dos Espaços Verdes	207 646,66
Conservação/Manutenção do Sistema de Rega	7 105,86
Sanitários Públicos de Alter do Chão	3 580,15
Controlo de Pragas	1 188,50
TOTAL	346 902,72

Na varredura de ruas e limpeza de bermas a maior fatia dos custos respeita a vencimentos do pessoal tal como na conservação e manutenção de espaços verdes. Neste último, dos € 207.646,66 mais de metade corresponde a mão-de-obra € 113.284,68.

**Quadro 48 – Cultura**

Função: 251 - Cultura	
Entrega de Prémios, Condecorações e Ofertas	9 886,83
Atividades com alunos do agrupamento de escolas	1 600,82
Outros Espetáculos/Atividades Culturais	3 978,71
Casa Museu de Chança	349,10
Atividades nas férias	3 866,16
Grupo Alterense Cultura - GAC	0,00
Festival da Juventude	0,00
Biblioteca Municipal	49 365,05
Cineteatro	29 407,80
Castelo de Alter	36 477,05
Posto de Turismo	26 129,62
Aquisição Produtos Regionais/Outros-Posto de Turismo	868,76
Quiosque no Largo Barreto Caldeira	0,00
Museu do Álamo	38 529,22
Associação Amigos da Revista e do Fado	1 250,00
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	1 250,00
Associação Cão Serra d' Aires	0,00
Fontinha	883,08
Chafariz do Largo Doze Melhores de Alter	900,54
Alter Culturfest	0,00
TOTAL	204 742,74

Ao nível da função cultura são aqui imputados custos com pessoal, amortização de edifícios, eletricidade, comunicações, manutenção de equipamentos, bem como os custos das diversas atividades/eventos desenvolvidos nesta área. O valor desta função ficou cerca de € 150.000,00 abaixo do ano anterior.

Quadro 49 – Desporto

Função: 252 - Desporto, Recreio e Lazer	
Jogos do Alto Alentejo	33,39
Concurso do Rafeiro do Alentejo	0,00
Associação Desportiva de Alter	15 110,17
Coral Polifónico de Alter	0,00
Banda Municipal Alterense	14 105,82
Grupo Forcados Amadores Alter do Chão	0,00
Rancho Folclórico de Alter do Chão "As Ceifeiras"	0,00
Piscina Municipal Coberta	79 699,92
Pavilhão Gimnodesportivo	7 444,61
Campo de Futebol Sintético	25 959,49



Tanques de Aprendizagem na Freguesia de Seda	9 994,09
Tanques de Aprendizagem na Freguesia de Chança	9 094,75
Tanques Aprendizagem na Freguesia de Cunheira	4 358,13
Coudelaria de Alter	130,30
Outras Atividades Desportivas	266,23
Alter Real BTT	45,29
Piscina Municipal Descoberta	4 440,85
Percurso Futuro	500,00
Parque Desportivo	12 010,75
Ciclovia	4 143,96
Universidade Sénior - USCAC	2,90
Grupo Recreativo Olímpico Cunheira	0,00
Alter Runners	2 038,56
TOTAL	189 379,21

Os subsídios às coletividades são refletidos nesta função bem como os custos com pessoal, viaturas e máquinas, amortização de equipamentos, manutenção dos campos desportivos e atividades desenvolvidas. O valor desta função ficou cerca de € 117.000,00 abaixo do ano anterior.

Quadro 50 – Indústria e Energia

Função: 320 - Indústria e Energia	
Rede Elétrica	322,13
AREANATEjo - Agência Regional de Energia	3 926,40
Iluminação Pública	89 991,55
Rede Telecomunicações do Concelho de Alter do Chão	17 363,26
TOTAL	111 603,34

Quadro 51 – Transportes Rodoviários

Função: 331 - Transportes Rodoviários	
Construção/Manutenção Estradas/Caminhos Municipais	25 284,82
Construção/Manutenção Arruamentos e Reabilitação Pavimentação	882 285,28
Caminhos Rurais	43 325,75
Sinalética urbana/turística direcional/posicional	12 489,66
Rotunda do Cavalo	1 233,97
Semáforos	3 028,54
TOTAL	967 648,02



O valor mais elevado afeto à construção e manutenção de arruamentos e pavimentação reflete o valor das amortizações das obras que têm sido efetuadas ao longo dos anos ao nível dos arruamentos.

Quadro 52 – Transferências

Função: 420 - Transferências Entre Administrações	
Junta de Freguesia de Alter do Chão	10 011,93
Junta de Freguesia de Seda	48 867,59
Junta de Freguesia de Chança	31 300,15
Junta de Freguesia de Cunheira	26 417,08
CIMAA	21 794,39
Associação Nacional Municípios Portugueses	4 359,24
TOTAL	142 750,38

As transferências em valor para as Juntas de Freguesia compreendem as verbas alocadas aos acordos de colaboração celebrados. Há a acrescer as transferências em valor que respeitam ao custo dos trabalhadores afetos às juntas e outros trabalhos desenvolvidos nas freguesias por trabalhadores e máquinas da Câmara Municipal.

13 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo e atingiu o montante de - € 407.436,13. Este valor será transferido para a conta “Resultados Transitados”.

Não haverá lugar a constituição de reservas.